



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 22

Sessão Ordinária Fevereiro

Reunião de 06/02/2015

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal Ricardo Jorge Trindade Sabino, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Paulo Alexandre Florentino Marques, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Carlos Manuel da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltou a vogal Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves (chegou às 21:00 horas), o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio (saiu às 21:00), e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores: João Francisco Carvalho de Sousa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Segunda Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Ivar Jorge Alves Corceiro, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rogério António Gonçalves Cachide, e Virgínia Maria Melo Matos.<sup>002</sup>

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Odete Gomes da Costa, João Carlos Bandeira Catarino, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, Rita Alexandra Monteiro Batista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Nuno Orestes Vaz da Silva, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1. - Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 11NOV14 a 02FEV15;**

**Ponto 2. - Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal;**

**Ponto 3. - Apreciação e votação da Moção: Contra o Processo de Municipalização das Escolas.**

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores<sup>003</sup>, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 18 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro 1.ª reunião: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 19 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro 2.ª reunião: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 20 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro 3.ª reunião: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 21 – Sessão Extraordinária Janeiro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

De seguida o Presidente da Mesa, leu o Voto de Pesar<sup>005</sup> apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, pelo falecimento de Orlando Moreira de Campos Cruz, do seguinte teor:

*«Orlando Moreira de Campos Cruz, faleceu no passado dia 12 de janeiro, aos 71 anos de idade. Natural de Aguada de Cima, Águeda, foi em Aveiro que Orlando Cruz viveu a maior parte da sua vida.*

*Democrata convicto, o nome de Orlando Campos Cruz ficará para sempre ligado à história da Liberdade em Aveiro.*

*Logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Orlando Cruz foi vice-presidente da Comissão Administrativa de Aveiro – então liderada por Flávio Sardo – cargo que ocupou até à realização das primeiras eleições autárquicas em Dezembro de 1976.*

*Nesse primeiro sufrágio realizado em liberdade, Orlando Moreira Campos Cruz veio a ser eleito vereador do executivo presidido por Girão Pereira, em representação do “seu” Partido Socialista, partido onde militou e do qual chegou a ser inclusive líder da Federação Distrital de Aveiro, durante a década de 80.*

*Dotado de um notável sentido de humor, apreciado por todos os que com ele tiveram o privilégio de privar, Orlando Cruz deixou-nos tendo sido, sobretudo, o que sempre quis ser: um homem livre.*

*Reconhecendo o relevante contributo de Orlando Cruz para a consolidação do poder local democrático em Aveiro, a Assembleia Municipal expressa o seu pesar à sua viúva, filhos e demais família.»*

**Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou o mesmo a votação, sendo aprovado por unanimidade.**

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início<sup>006</sup> ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar de acordo com o Regimento.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(Deram entrada na sala os Vogais António Ildebrando Nunes Costeira e Gonçalo Nuno Caetano Alves.)

#### **Membros da Assembleia**

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>007</sup>

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Exmos senhores deputados, e demais presentes. Ainda agora estamos no princípio e o ano já começou mal para milhares e milhares de portugueses.*

*Começou mal e muito mal para os que precisaram de cuidados de saúde nas urgências dos hospitais e foram confrontados com as consequências desastrosas de uma política e de um Governo que há muito está apostada na degradação do Serviço Nacional de Saúde e na sua liquidação. Está aí o resultado dos brutais cortes na saúde, das carências e debilidades negligenciadas da estrutura nos Cuidados Primários de Saúde, do fecho de mais de 900 camas hospitalares, das limitações ao recrutamento de profissionais, médicos, enfermeiros e assistentes técnicos e operacionais.*

*Começou mal para milhares de trabalhadores da administração pública da segurança social, da saúde, da educação quando veem confirmada pelo Governo a intenção de levar para frente milhares de despedimentos a coberto da mobilidade e da requalificação.*

*Começou mal o ano para os interesses nacionais e para os trabalhadores da PT, uma empresa estratégica para o País alienada aos franceses da Altice. Mais um crime, a juntar ao da privatização da TAP. Mais um caso onde o governo se comportou como agente ao serviço dos interesses e do lucro dos grupos económicos e financeiros, desprezando e comprometendo os interesses do País e pondo em risco o futuro da*

*própria empresa. Novos e graves passos no caminho de total e inaceitável dependência do País e da sistemática fragilização da sua soberania.*

*Como começou mal para a generalidade dos portugueses que trabalham, que mal colocaram o pé no novo ano começaram a pagar um novo aumento de impostos, em cima do maior aumento de impostos que há memória decidiu por este governo e a sua maioria.*

*Começou e continua mal para os mais de 700 mil desempregados do cálculo restrito, aos quais é preciso acrescentar os 300 mil inativos e desencorajados, os 60 mil com contratos de inserção que são efetivamente desempregados, como são os mais de 70 mil em formação profissional e os 40 mil estagiários que não têm o futuro garantido e que, no conjunto, nos dão a dimensão do flagelo social do desemprego que persiste no País. Essa tragédia que atinge de sobremaneira os jovens que vêm subir a sua taxa de desemprego para ao 35%, tal como para os desempregados de longa duração que viram nestes últimos quatro anos duplicar a percentagem dos que estão nesta situação e que esta política quer condenar a um eterno desemprego.*

*Continua mal o ano para os milhões de portugueses que vivem do seu trabalho, quando vêm que o mês é cada vez mais longo para um salário crescentemente desvalorizado. Um salário que viu perder o seu poder de compra entre 2011 e 2014 quase 12% no sector privado e cerca de 22% no sector público que continua a ver extorquido uma parte significativa do seu salário.*

*Os resultados divulgados pelo INE há oito dias sobre Inquérito realizado às Condições de Vida e Rendimento dos portugueses são tragicamente esclarecedores: a percentagem da população a viver abaixo do limiar de pobreza foi a mais elevada desde que estes Inquéritos são realizados: 25,9 por cento, mais que um em cada quatro portugueses. Nos últimos quatro anos (entre 2010 e 2013), cerca de 808 mil portugueses foram atirados para a pobreza, passando a um total de 2,7 milhões de pessoas.*

*Esta é uma realidade que revela que as nuvens negras só se dissiparão no presente e no futuro dos portugueses quando este governo, esta política que não é sua em exclusividade, mas que tem passado de mão em mão entre os partidos da troika, for definitivamente derrotada!*

*Repetem até à exaustão que o País entrou numa nova fase de recuperação, com a mesma ligeireza com que anunciaram no passado viragens auspiciosas e milagres económicos que nunca se viram e a continuam a não se ver.*

*A evolução do PIB no último trimestre do ano de 2014 confirma o cenário de um crescimento verdadeiramente anémico e de estagnação da atividade económica, que se segue à gravíssima recessão em que a política deste governo mergulhou o país. O endividamento público e o endividamento privado atingem proporções cada vez mais insustentáveis.*

*O saldo da balança de mercadorias agravou-se, com os dados mais recentes sobre o comércio externo de mercadorias a confirmar o abrandamento do ritmo das exportações e com as importações a crescerem a um ritmo que é praticamente o dobro em valor, conjugados com uma variação homóloga negativa do volume de negócios nos serviços e na indústria.*

*No final do 3º semestre de 2014, a dívida pública, que equivalia a 131,4% do PIB, excedia em muito qualquer limiar de sustentabilidade. Os juros e encargos da dívida pública, que em 2015 ultrapassarão os 8 mil milhões de euros, restringem brutalmente a capacidade de investimento do País e a capacidade de o Estado cumprir as suas funções e competências constitucionalmente atribuídas.*

*Hoje o governo e os seus membros não fazem outra coisa que cumprir escrupulosamente um calendário de propaganda, programado em função das eleições legislativas, tomando em mãos sem qualquer reboço uma campanha ardilosa assente na mentira mais despudorada que transforma o desastre económico e a tragédia social que a sua política e as políticas dominantes europeias, dos PEC e dos Pactos impuseram aos portugueses, em conquistas da sua governação e do País.*

*Perante os ventos de mudança que vão soprando por essa Europa, aí estão Passos e Portas em uníssono a desfiar o rol das pragas que se abaterão sobre o País e das hipotéticas perdas com a sua derrota e da política que serve os grandes interesses, até, pasme-se, uma imaginária descida do IRS no futuro!*

*Não há conquistas a apresentar e que possam se reivindicar por quem assinou o ilegítimo Pacto de Agressão. Não há conquistas a apresentar por quem escrupulosamente o executou em todos estes anos. No seu balanço apenas encontrarão sofrimento e dor de um povo condenado ao desemprego, ao empobrecimento, à exploração e um País à dependência e ao atraso com as suas opções.*

*Portugal precisa de uma verdadeira alternativa e não de variantes da mesma política que conduziu o País à crise. Precisa de uma efetiva mudança e não de paliativos que adiam e prolongam a crise. Precisa de uma verdadeira rutura e não as mudanças de cosmética para que tudo fique na mesma.*

*Uma política dirigida para o investimento produtivo e a produção nacional que tem como objetivos centrais: o pleno emprego; o crescimento económico, a dinamização do mercado interno, a promoção das exportações e a substituição de importações, o apoio às micro, pequenas e médias empresas.*

*Uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores, através de uma justa distribuição do rendimento, assente no aumento dos salários, na defesa do trabalho com direitos, em maiores reformas e pensões, no combate ao desemprego e à precariedade, numa política fiscal justa e na defesa do sistema público solidário e universal de segurança social.*

*Nessa tarefa pode contar sempre com a contribuição dedicada com iniciativa e com proposta do Partido Comunista Português.”*

Vogal Virgínia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[008](#)

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. e Sras. deputadas, Excelentíssimo público. Como não poderia deixar de ser, neste período antes da ordem do dia queria realçar a importância da vitória do Syriza nas eleições na Grécia. Esta vitória representa uma mudança concreta na vida dos gregos mas também uma enorme esperança para toda a Europa. Um governo não-alinhado com a chantagem e com a austeridade ganhou as eleições e provou que uma alternativa é possível e prova agora como é possível melhorar a vida dos povos.*

*Em primeiro, a vitória do Syriza representa uma melhoria na vida do povo grego. Nos primeiros dias de governo foram já tomadas algumas medidas decisivas nesse sentido.*

*Subida do salário mínimo de 586 para 751 euros, repondo assim o valor antes da entrada da troika; Reposição dos mecanismos de contratação coletiva; Restituição da eletricidade a 300 mil famílias pobres a quem lhes tinha sido cortado o abastecimento por incapacidade económica; Readmissão de 15 mil funcionários públicos despedidos, nomeadamente das 600 empregadas de limpeza símbolo de uma grande luta; Facilitar à população o pagamento de impostos em atraso; Reabertura da estação pública de televisão encerrada pelo anterior governo; Eliminação das taxas para as prescrições e para as visitas hospitalares; Parar o programa de privatizações, nomeadamente do*



*maior porto da Grécia (porto de Pireu), que muito irritou o governo Chinês; Alteração da lei da imigração, adotando princípio “jus soli”, atribuindo assim a nacionalidade grega a quem nasça ou seja criado na Grécia, mesmo que de pais estrangeiros.*

*Digamos que este é de facto um bom retrato para um governo nos primeiros dias. Cumpre os compromissos eleitorais, algo que o governo PSD/CDS-PP não sabe o que é. E, acima de tudo, governa para o povo.*

*Mas não só. A vitória do Syriza representa também um novo tempo para a Europa. A era da troika e da austeridade falhou. Falhou na resolução da crise. No caso grego, antes da troika a dívida era de 107% do PIB. Agora é de 180%, apesar de ter tido um perdão de dívida pelo meio. Em Portugal passou de 94% para 134%.*

*Falhou também na vida das pessoas gerando uma enorme crise humanitária, desemprego, corte nos serviços públicos, redução dos rendimentos de trabalho, emigração em massa e pobreza.*

*É por isso que este novo tempo é gerador de esperança. O Syriza coloca no centro da agenda política europeia a renegociação da dívida e a convocação de uma Conferência Internacional da Dívida.*

*Esta semana, o Banco Central Europeu deixou de aceitar dívida pública grega como garantia nos empréstimos aos bancos. É chantagem pura e é uma declaração de guerra ao povo grego. O BCE está a exceder o seu mandato o que mostra bem que as regras europeias só existem para manter o sistema de exploração e que mesmo assim são quebradas quando necessário, precisamente para manter esse sistema.*

*É aqui que se colocam dois lados na Europa. O lado dos Governos que estão pela austeridade, a favor do Tratado Orçamental, dos subsídios da senhora Merkel e ao serviço da finança. E o lado dos Governos que estão pela renegociação da dívida, ao lado dos povos, pela valorização do trabalho.*

*É também com esperança que olhamos para o Estado Espanhol e para a Irlanda onde partidos de esquerda anti-austeridade podem efetivamente ganhar as eleições legislativas. Esta nova configuração da Europa defende Portugal. E também em Portugal trilhamos esse caminho.*

*Não sou grega, não sou militante do Syriza, mas sou internacionalista. A luta dos povos é internacional. E sou europeia e este é um momento importante para a Europa. Reconheço que Bloco e Syriza partilham a mesma família política, que desde o início temos colaborado de forma muito próxima e temos orgulho nesse caminho em conjunto. Mas sabemos que a Grécia tem algumas particularidades que não são transponíveis. Por isso, não olharemos sempre de forma acrítica para o seu Governo, mas sabemos bem que é um Governo que está ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras. E esse fio condutor é de uma enorme importância. 1% da população mundial detém metade da riqueza total do planeta. Este é o nosso mundo! É este o mundo que queremos transformar.”*

Presidente da Mesa: [009](#)

*“Julgo que o Bloco ainda está a ler o plano eleitoral do Syriza. Há medidas como por exemplo o não aumento do salário mínimo, que foi uma medida deixada cair no primeiro dia. Mas enfim, falaremos daqui a uns meses.*

*Eu noto que no PS que há duas pessoas que subscreveriam esta descrição da realidade grega e certamente de alguns companheiros do PSD, a grande Dr. Ferreira Leite e o seu ideólogo Pacheco Pereira, vieram já a público louvar e explicitamente referir que esperam que a Europa mude pela mão do Syriza. Grandes movimentos tectónicos na política portuguesa se anunciam!?”*

Vogal Maria da Luz (JPA)<sup>010</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>011</sup>

Vogal Jaime Vinagre (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>012</sup>

*“Senhor Presidente vou ser muito rápido. Era para lembrar e trazer novamente a esta Assembleia, o percurso penoso quer para os automobilistas quer para os moradores da freguesia de Cacia e da povoação da Quinta do Loureiro.*

*Não é alternativa a autoestrada porque o problema dos pórticos arrasta-se e provavelmente nunca mais será repostos o trânsito gratuito por essa via.*

*Não sei se seria o município começar em fazer a ligação da variante de Angeja à variante da Quinta do Simão, pelo lado Nascente da Quinta do Loureiro. Que a fazer-se apanharia apenas uma área florestal e uma área rústica sem grandes custos. Estamos a falar duma distância de menos de 10 quilómetros.*

*É impossível realmente viver naquelas condições. Hoje em que há preocupação ambiental, há milhares de veículos que passam diariamente até porque é uma freguesia sobrecarregada com bastante indústria, pelo menos quatro indústrias que são exportadores e que têm esse problema no seu quotidiano.*

*Era só lembrar isto, para ver se no futuro teremos uma solução. Porque já é tempo demais e no século XXI, hoje em dia, vê-se realmente as povoações com variantes para tirarem o trânsito das povoações. É que não há qualidade de vida devido a isto. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>013</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Têm-se falado muito sobre mobilidade com uma preocupação muito grande sobre o movimento automóvel na cidade! No entanto têm-se esquecido do espaço para as pessoas com a intenção de lhes dar uma melhor qualidade de vida. E aqui, está é a principal obrigação de um autarca. É impressionante como se esquecem tanto das pessoas!? Como são maltratadas.*

*Lembramos aqui a rua do Gravito que já falámos aqui pelo menos duas vezes – está esquecida. Mas estava em estudo uma requalificação.*

*Senhor Presidente da Câmara “as pessoas em primeiro lugar”.*

*Na rua do Carmo, num passeio estreito, colocaram um parcómetro quase em frente à entrada do Convento!?. Carrinhos de bebé e deficientes têm de passar para a estrada.*

*Senhor Presidente, Senhores Vereadores, colegas. É importante lembrarmo-nos mais das pessoas. Vamos ao encontro das suas necessidades. Há soluções que podem ser resolvidas sem a necessidade do FAM. Assim haja vontade para fazer sorrir as pessoas.”*

Vogal Anselmo Castro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>014</sup>

*“Eu vou tentar fazer uma missão que deveria competir ao público se tivesse oportunidade de falar – coisa que não acontece nesta Assembleia como se tem constatado.*

*Portanto vou tentar dar algumas impressões de um cidadão que passa por algumas coisas e que as acha bizarras. A primeira é no meu percurso diário para a Universidade, que quando chego ao fundo da rua da Pêga, tenho um semáforo que antigamente tinha um funcionamento bastante estranho, porque tinha para ai uns dez segundos para quem vinha da rua da Pêga. Significava que passavam três carros em*

*acordo à lei e três em contravenção e era uma fila permanente. Foi desligado por uma razão de bom-senso, penso eu, mas eu fiquei à espera que o problema fosse resolvido. Só que o mesmo está há um ano a piscar! Espero que a Câmara possa fazer uma programação do semáforo. Porque se há semáforo que é necessário é aquele. Aquilo é um sítio perigoso, com enorme quantidade de trânsito. Ele está a piscar, já que a Câmara às vezes faz uns blackouts, parece os blackouts dos clubes quando estão zangados, é melhor pouparem energia não tendo aquele semáforo a piscar permanentemente e gastar energia quando tiverem um programa para aquele semáforo. Esta é a minha primeira sugestão. Isto é numa situação positiva de ajudar a ver situações que não estão bem.*

*Segundo, no cruzamento da EN230 com a rua do Viso, há uma coisa também curiosa. Quem vem da rua do Viso quer virar à direita, manobra simples, fácil, mas é proibido!? É obrigado a virar à esquerda, passar para o outro lado da via e junto a uma curva. Mas ali não tem alternativa porque não é permitido virar à direita, vá lá saber-se porquê?*

*Portanto várias hipóteses. Uma é colocar lá o semáforo porque esse cruzamento é perigoso. O semáforo é apenas desloca-lo 50 metros porque está junto á antiga farmácia Capão Filipe que quando a farmácia ali funcionava fazia algum sentido, agora não faz nenhum. E portanto, se quiserem desloquem-no para aquele sítio que faz sentido ou então tirem a proibição de virar à direita. O que lá está é bastante destituído de sentido.*

*A terceira questão já é muito mais difícil de resolver mas é um aviso para que não se repita. Achei que a Câmara concorda com toda a Assembleia de que aquela ponte faraónica ali na Baixa de Santo António é uma obra que não faz sentido, mas que teve de a fazer porque já não tinha maneira de a impedir. Está feito. Mas está feita é de ver que as pessoas devem atravessar para o outro lado por aquela ponte fantástica. Mas foram feitas obras incríveis de acalmia de tráfico, acalmam o tráfico mas também dão cabo dos automóveis. Eu sou a favor da acalmia do tráfico mas não é em todo o sítio.*

*Dá-me ideia que há algum técnico fundamentalista na Câmara de Aveiro que põe ali acalmia de tráfico em tudo o que é sítio, mas que a Câmara tenha alguma visão para saber que não é em qualquer rua que se põe.*

*Um último comentário. Ali junto ao Bairro do Liceu, junto às escadas que vão para o edifício Campos há um parque de estacionamento ao lado da rua. Bem, eu gostaria de saber porque é que no parque se paga e na rua não!? O sítio óbvio para estacionar é no parque de estacionamento e não na rua. Se a intenção fosse de disciplinar o estacionamento far-se-ia ao contrário. Estacionem no parque e paguem na rua. Não, é ao contrário! Esta também me parece bizarra. Portanto são estas quatro observações que eu fazia, porque acho que são importantes.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

*“Senhor Presidente, eu escolhi agora aqui um tema que teria porventura pertinência na comunicação do senhor presidente, mas a informação do senhor presidente objetivamente não se lhe refere e isto é do interesse geral e comum dos cidadãos por isso não posso deixar de o referir aqui.*

*É do interesse comum dos cidadãos que os órgãos eleitos cumpram as suas funções. Também é sabido hoje que impera a economia mais até do que os diplomas normativos. Porque não há diplomas normativos que se cumpram sem uma economia saudável. Sem dinheiro não se faz nada. É até um dito americano que “o problema é a economia”. Bem, isto para falar das delegações de competências e da efetiva função que as juntas*



*de freguesia têm e que possam cumprir. Nós temos conhecimento disso por via indireta que os senhores presidentes de junta, nem sequer foram chamados para apresentar o seu orçamento. Quando é sabido que os senhores presidentes de junta têm competências a cumprir.*

*Então nós queremos saber senhor presidente, mais do que saber, queríamos da Câmara, especialmente do senhor presidente, de futuro, tivesse outro tipo de comportamento para com as juntas de freguesia.*

*Eu sei que porventura o senhor presidente vem dizer “o senhor está preocupado com os presidentes de junta?”. Não. Estou preocupado é comigo e com o funcionamento das instituições. E é nessa medida que eu lhe dirijo a palavra.*

*Faço-lhe daqui um apelo para que os senhores presidentes de junta sejam trazidos à coação para ajudar a resolver os problemas e que lhe seja dada dotação orçamental. Porque se outrora a tiveram, sem o município ser obrigado a fazê-lo, hoje até temos uma lei que a tal obriga.*

*E a Câmara vai tendo alguns meios hoje. Vai ter meios de rendimentos que proliferam com as subidas das Taxas, do IMI, enfim, a situação não é tão parca e tão escassa e necessitada como foi outrora. Portanto era importante que a Câmara cumpra as suas regras para bem da paz e do funcionamento das instituições que é esse o nosso apelo.”*

Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

*“Como eu sobre o Syriza vou esperar seis meses para ver, preferia falar sobre o crescimento económico em Portugal. Mas, enfim, como este assunto é um assunto global, quanto mais um país se queixa mais as impressoras nos bancos centrais fazem dinheiro – isto vai acabar mal, naturalmente. Mas pronto isto é um problema para outras instâncias e eu vou poupar tempo para nos debruçarmos sobre os assuntos seguintes. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS)[017](#)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

*“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia, pedi a palavra, penso que esta matéria se relaciona, não estando diretamente relacionado com o funcionamento ordinário ou corrente da Câmara, justifica-se que seja abordado no período de antes da ordem do dia, porque em meu entender ela se afigura verdadeiramente estruturante para Aveiro e penso eu capas de concitar o apoio de todos.*

*Refiro-me à prestação de cuidados de saúde no distrito e mais concretamente na NUT III do Baixo Vouga.*

*E por que é que eu abordo esta questão. Porque esta semana tive a oportunidade de questionar o Senhor Ministro da Saúde e os Senhores Secretários de Estado, relativamente a várias questões que ao longo do tempo lhes submeti, designadamente quanto ao esvaziamento de valências do Hospital de Aveiro.*

*E sendo certo que ao longo de vários meses continuam por responder a algumas questões, fui concretamente confrontado com a circunstância de dois anos depois de lhe ter feito uma pergunta, e de ele me ter respondido (ele Senhor Ministro) relativamente à questão da serviço de Hematologia do Baixo Vouga, o Senhor Secretário de Estado, penitenciando-se pelo atraso limitou-se a referir que, tendo razão o inquirente (eu próprio) estava a equacionar neste momento a reestruturação da rede de referênciação*

*hospitalar. Ou seja, sem se comprometer com o facto de dotar Aveiro com o serviço de Hematologia. Estamos a falar de mais de três mil consultas ano.*

*E nós sabemos dos encargos com os serviços de Hematologia e uma vez mais confrontando o Senhor Ministro com a circunstância de a NUTII do Baixo Vouga ser a mais populosa da NUTII Centro e, portanto, numa lógica de racionalização de meios, a lógica mesmo num esforço compreensível de contenção de custos, a oferta deve corresponder à procura e portanto, a maior procura se encontra na sub-região que particularmente habitamos.*

*E sendo certo que depois de ser estabelecida uma rede de referênciação, o processo de reversão dessa rede criado se torna particularmente complicado, o momento adequado para reforçar a pressão junto do Ministério da Saúde, sendo certo que o atual governo tem apenas mais seis meses de vida, era importante que se garantisse neste momento que a rede a ser anunciada em breve, a rede de referênciação hospitalar, consagrasse a importância regional de Aveiro.*

*E portanto, senhor Presidente, era uma questão que eu o alertava. O momento é este. Não é depois de feito o anúncio que se antevê que não seja simpático, porque se fosse simpático provavelmente o Senhor Ministro já me teria respondido concordando com o argumentário despendido. É só”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

*“Boa noite a todos. Neste ponto e guardando o tempo desta assembleia para a discussão de assuntos com respeito ao concelho, desta bancada apenas dar os parabéns aos Bombeiros Velhos pelo seu aniversário. São 131 anos de dedicação à sociedade aveirense. A eles, um muito obrigado desta bancada.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

*“Boa noite a todos. Em primeiro lugar peço desculpa pelo meu atraso, mas tivemos hoje uma importantíssima reunião com o Governo, de urgência, sobre o Portugal2020 para acabar de arrumar algumas matérias, dado que a arrumação do Portugal2020 está mesmo na recta final da produção regulamentar, e a minha presença era obrigatória. Portanto, foi esse o motivo do meu atraso, mas ao menos estou a par de tudo.*

*Três notas apenas para o Período de Antes da Ordem do Dia, as outras algumas ficam para o firmamento e aquelas que respeitam à governação lá iremos no ponto primeiro da nossa ordem de trabalhos.*

*Primeiro a Loja do Cidadão, para dar nota do seguinte. Estamos a negociar com o Governo, já em ponta final, os chamados “Espaços do Cidadão”. É um processo nacional, um programa nacional que o Governo lançou. Essa negociação, obviamente, cuida da dimensão municipal, mas é feita à escala da NUT III.*

*Relembro que a primeira NUT a assinar acordos com o Governo foi a Região de Coimbra, embora com uma Câmara de fora das dezanove câmaras dezoito assinaram esses protocolos e uma não assinou, que foi exactamente Coimbra. E há várias outras que estão com os processos uns mais avançados e outros numa fase mais inicial. A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro está na fase final desse processo. Um trabalho concertado entre os onze municípios. É minha convicção que neste primeiro trimestre do ano, esse processo estará terminado para se passar à execução.*

*Não são exactamente mini-lojas do cidadão, não são. São um conjunto de Serviços que se agregam a outros Serviços e que possibilitam um acesso de maior proximidade a um pacote de serviços de relação com algumas áreas da administração pública central.*

*Outro dossier é o dossier Lojas do Cidadão. E aí também já vamos na terceira reunião com a Agência de Modernização Administrativa. Só que aqui a questão é bem mais complexa. Primeiro porque em Aveiro foi tomada uma decisão, hoje digo errada mas não digo que ela tenha sido errada na altura, não faz sentido dizer isso, que foi não exactamente a localização porque isso são sempre coisas muito discutíveis, a decisão da Agência de Modernização Administrativa ser dona da Loja de Aveiro. O que tira um espaço de manobra muito grande na gestão da Loja.*

*Obviamente é um activo valioso, pelo menos em termos teóricos, e hoje, por exemplo, quando falamos ou estamos a abordar o seu relançamento, a sua revitalização, a chamada de outros serviços da administração pública central, a eventual agregação de alguns serviços da administração pública local, esbarra-se com alguns constrangimentos do actual modelo que está a ser profundamente alterado.*

*Em Portugal já há um exemplo que é a Loja do Cidadão de Rio Maior. É o exemplo que neste momento é apontado como exemplo do novo modelo que o Governo está a implementar e que já leva quase um ano.*

*Esse processo o Governo está a desenvolvê-lo. Não há uma matriz porque as realidades das Lojas do Cidadão são profundamente diferentes. Por exemplo, a nossa região NUT III (Região de Aveiro) tem duas Lojas do Cidadão e a nossa realidade é profundamente diferente da de Águeda.*

*A Loja do Cidadão de Águeda está desde o início dentro das instalações da própria Câmara Municipal; o modelo é completamente diferente. Portanto o trabalho da Agência é Loja a Loja porque há profundas alterações.*

*A nossa aposta, posso obviamente dizê-lo, não há segredo, a aposta do Governo é a revitalização da Loja do Cidadão.*

*É um trabalho interno, dentro do próprio Governo, de chamar serviços públicos que por questões de leitura primária de custos decidiram sair ou não decidem ir. Portanto é um trabalho que a Agência e o Governo estão a fazer para revitalizar Lojas (como a nossa), com um constrangimento para mim triste e lamentável de termos uma amarração ao local por força de ser uma Loja propriedade da Agência.*

*Obviamente que sabemos bem que hoje a probabilidade de pôr uma loja no mercado e ela ser comprada por um preço considerado justo não é exactamente uma operação simples. Não é que seja excluída essa hipótese, não está, mas temos toda consciência que não é uma operação simples. É este o ponto de situação deste processo com esta dupla nota: o Espaço do Cidadão e a nossa Loja do Cidadão, no quadro deste novo processo que o Governo está a implementar.*

*Segunda nota para a referência do Dr. Marques Pereira à má notícia que foi uma 'não notícia'. Apenas o presidente António Ramalho, pessoa que estimo e que considero, e considero ao mais alto nível um excelente gestor da administração pública portuguesa, despistou-se!? Teve uma frase que lhe saiu mal. Foi um despiste de grande razoabilidade e inteligência quando ele diz que não a uma autoestrada.*

*Depois meteu os pés pelas mãos a ligar autoestradas entre Aveiro e Águeda. Baralhou-se um bocadinho porque ele veio tratar de comboios e depois os jornalistas mudaram-lhe de modo de transportes. Todos nós temos as nossas saídas menos cuidadas.*

*Ele veio cá tratar de comboios e não tinha que tratar nada de nada com o Presidente da Câmara de Aveiro ou com o Presidente da Câmara de Águeda. Nada de nada.*

*A sua presença era muito clara. Acompanhámo-la toda, acompanhámos os dias anteriores à montagem da vinda dele cá, nomeadamente pela ligação à Administração*

*do Porto de Aveiro. Era uma questão portuária e tinha a ver com um acto simbólico, político, na sua nova vida de presidente da EP mais REFER, do IP. E veio ao terreno ver a nova obra, visitar a nova obra, que é também a maior em termos ferroviários, do Governo, e que é a eletrificação do ramal que liga a linha do Norte ao Terminal Norte do Porto de Aveiro.*

*Coisa boa e sensata, não há autoestrada. Acabou. Já não há ninguém, as últimas pessoas que defenderam um Aveiro-Águeda em autoestrada já saíram do Governo, não exactamente despedidos pelo Governo, foi o próprio Primeiro-Ministro que se demitiu. Não sei se se lembram que o segundo Governo do Eng. José Sócrates foi despedido por si próprio, foi ele que se demitiu. Depois, obviamente, no processo eleitoral é que aí já foi a vez dos cidadãos o despedirem, mas primeiro houve o seu autodespedimento. Mas é bom lembrar que o Governo do Partido Socialista tinha uma solução que era integrar o modelo SCUT, um investimento de cem milhões de euros (o projecto está feito), mas terminado esse processo, terminada aquela fase de ilusionismo e de vivermos com o dinheiro que não temos (nem vamos ter nos próximos anos) vamos para a fase do realismo.*

*Portanto, hoje ninguém quer uma autoestrada que vá ligar Aveiro a Águeda; ninguém tem cem milhões de euros para a construir. E para resolver o problema que temos, grave, para as indústrias e para as empresas, para o acesso norte à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico que temos no nosso território em Eirol e para a necessidade complementar a Variante urbana a uma zona densamente urbana, nomeadamente do lado do município de Aveiro, no eixo Azurva-Eixo, obviamente que defendemos a via em formato não urbano de variante rodoviária.*

*E temos uma estimativa de custos assumida com clareza no PRIMTA. É uma estimativa grosseira de vinte milhões de euros. Portanto, não precisamos da EP para nada. Sabemos que a EP não está para aí virada, sabemos que esta via não está no Plano Rodoviário Nacional, nem precisamos que esteja, e temos o objectivo assumido desde julho de dois mil e treze que é o de enquadrar esta via no quadro de financiamento dos Fundos Comunitários do Portugal 2020.*

*É esta a luta. Se vamos ter sucesso ou não veremos. É aqui que está centralizada a opção política que tomámos, tirando, enfim, este momento menos feliz de um excelente gestor público que o país tem. Tudo o resto fica naquela frase da “luta continua”. Esperando ter sucesso e que as entidades gestoras dos Fundos Comunitários, e como sabemos o Governo, porque as autoridades de gestão dependem em primeira instância do Governo, tome boas decisões na negociação que estamos a iniciar e que esperemos estar terminada algures por Abril, Maio — e esperemos ter notícias que vão de encontro às nossas propostas.*

*Que além do mais são públicas. O quadro de investimento da Região de Aveiro é público, está publicado, é acessível. Temos todas as cartas em cima da mesa. E depois, obviamente, temos os trabalhos negociais que estão agora numa fase inicial. Ainda hoje por exemplo, uma das minhas reuniões em Lisboa foi sobre esse projecto importantíssimo chamado Baixo Vouga Lagunar. Reunião visando o financiamento, porque neste momento a nossa vida é financiamento/financiamento. Financiamento/FAM que falaremos daqui a bocado e Financiamento/Investimento de Fundos Comunitários. Estamos numa fase capitalíssima de negociação e de estruturação dos instrumentos financeiros para fazermos tantas coisas que precisamos e que queremos fazer.*

*Também ficou clara a minha reiterada crítica à inépcia do Governo no dossier SCUTs. No dossier modelo de cobrança das portagens nas SCUTs. É um velho processo que o actual Governo tem vindo a adiar.*

*Ficou claro pela declaração do Presidente António Ramalho que vai continuar a adiar porque precisa de mais tempo para estudar o processo.*

*Foi a declaração dele e portanto, isso está absolutamente claro que em relação ao modelo ficaremos como estamos em relação a um ou outro pórtico que possa ser libertado da operação. A “luta continua” embora sabendo bem que para Governo em momento pré-eleitoral a gestão de excepções tem um conjunto de constrangimentos particularmente complexos.*

*Última nota sobre a intervenção do Dr. Filipe Neto Brandão e a questão dos cuidados de saúde. Estamos numa fase prolongada de luta, infelizmente, e esta questão da referenciação hospitalar é muito importante.*

*A questão da aplicação da célebre Portaria de classificação dos hospitais é muito importante. E estamos com toda a intensidade a acompanhar, a pressionar, no sentido da qualificação do nosso hospital.*

*Dizemos e repetimos isto: independentemente de alguns problemas de qualidade na gestão do nosso hospital, colocamos sempre em primeiro lugar a questão da perda de valências, da perda de competências — que é o maior malefício do qual ele está a padecer.*

*Obviamente que há outras questões, com certeza que sim, mas esta é a questão principal.*

*Também ficam as anotações da chamada de atenção, que agradeço, mas este é um dossier que nós município de Aveiro, nós, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, temos na linha de prioridade nas interações com o Governo.”*

## **PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 11NOV14 a 02FEV15.**

*(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).*

*(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)*

O Presidente da Mesa da Assembleia [021](#)deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

*“Destacar duas ou três matérias da Atividade Municipal. Começando pela primeira, que não é só a primeira na exposição, mas é a primeira do nosso trabalho, como é óbvio.*

*Estamos numa fase muito importante, delicada, da negociação do Fundo de Apoio Municipal. Ou melhor, da construção do Programa de Ajustamento Municipal no quadro do FAM.*

*Sumariei na informação aquelas que são as várias frentes que o processo está a ter nesta construção, sabendo que a primeira, a mais importante de todas, são as interacções directas com a Direcção do Fundo.*

*Ainda ontem passámos lá a manhã toda. Tivemos uma pesada, importante, boa, reunião de trabalho. Eu próprio, o Vereador Jorge Campino e o Chefe de Divisão Carlos Dias. Obviamente que é um trabalho que continua, estamos nessa fase importantíssima das*



*interacções, das definições de tudo, desde as macro-matérias até às micro-matérias. Num processo que está globalmente a correr bem, mas que tem muito trabalho em quantidade e obviamente em qualidade, para fazer nos próximos tempos.*

*Podemos dizer que temos terminado o processo negocial com a banca. A banca está absolutamente disponível, com muito boas condições. A nossa 'nova' Câmara tem credibilidade elevada junto da banca.*

*Podeis constatar isso nas interacções com a banca com quem trabalhamos. Portanto, damos por terminado esse processo. Obviamente há ainda pormenores para tratar como é evidente.*

*O dossier das negociações com os grandes credores é, seguramente, uma das peças complexas que este processo tem.*

*O constrangimento que é estar a falar com uma empresa à qual devemos, por exemplo, estou a lembrar-me de uma, dois vírgula quatro milhões de euros há onze anos! Ou melhor, dois vírgula oito milhões de euros há onze anos, é muito complicado quando se vai para a mesa das negociações a pedir mais isto e mais aquilo.*

*Mas deixar esta nota de disponibilidade de boa ambiência negocial para que essa outra componente do processo se faça com qualidade — e a qualidade é termos bons acordos.*

*Depois temos a área dos investimentos. Infelizmente, nesta fase, a maturidade das definições regulamentares do Portugal2020 ainda é ligeira em relação à necessidade que teríamos para tomar opções mais consolidadas no quadro de planeamento dos investimentos financiados pelo Portugal2020 a colocar no nosso Programa de Ajustamento Municipal.*

*Mas já temos exercícios feitos, com referência financeira, como não pode deixar de ser, a esse nível e com informação disponível. As próximas semanas serão ricas nessa frente, mas, para já, temos que trabalhar com a informação que temos.*

*Há interacção com a Direcção do Fundo e com as autoridades de gestão, aproveitando as minhas funções na Associação Nacional de Municípios Portugueses, para nós dosearmos bem, medirmos bem, a quantidade de investimentos financiados pelos Fundos Comunitários até onde podemos ir. Sabendo que isso tem que ser colocado no equilíbrio da recuperação financeira do nosso Município.*

*Tudo isto feito com a capacitação da Câmara Municipal para o tal cumprimento dos serviços públicos essenciais, que de acordo com a Lei essa capacidade tem que ser garantida e, portanto, essa componente do processo está também a ser tratada. É muito complexa, é delicada, mas pertence ao grupo das matérias que estão a ser devidamente tratadas.*

*Nisto tudo entra a Portaria de rescisão de mútuo acordo que está a ser trabalhada de forma aberta com todos os nossos funcionários; entra todos os planos de internalização de todas as empresas que estão dentro de todo este processo, porque há a internalização de passivos; há as questões da gestão do pessoal, portanto toda essa matéria está também a ser tratada já numa fase final. Esperemos que nestas próximas semanas a nossa referência é que o mês de fevereiro e o mês de março, permitam terminar este processo que tem uma negociação para fechar (um conjunto delas) e depois tem os actos formais que temos que praticar na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, e depois obter o devido visto do Tribunal de Contas.*

*Esta é uma componente muito importante do nosso trabalho. E o ponto de situação que entendemos fazer explicitando aquilo que devemos fazer nesta altura, com toda a abertura, mas mantendo em recato algumas matérias — estamos num processo negocial com as complexidades e as delicadezas que essa matéria tem.*

*Uma segunda nota apenas para realçar um evento que terminou, que decorreu durante cerca de um mês e meio, que foi o evento das Boas Festa em Aveiro, que nos ocupou com a referência natalícia, últimos dias de novembro e o mês de dezembro, a passagem do ano e as festas de S.Gonçalinho.*

*Foi uma aposta nova, diferente, de uma parceria institucional muito rica e muito diversa, e uma operação de marketing ainda que com os poucos recursos que temos, mas com a mobilização de alguns patrocinadores e de alguns mecanismos de apoio conseguimos ter uma aposta com sucesso, reconhecida por quem participou nela, obviamente que quem não participou tem dificuldade em perceber o que é que aconteceu. Temos, seguramente, condição de estar já a preparar, porque já estamos a preparar, a edição de dois mil e quinze/dois mil e dezasseis numa lógica de crescimento qualitativo, numa lógica de referência do calendário municipal. Uma das decisões que está tomada é que este evento, que é um evento que agrupa eventos, é uma das bases estruturais que ficará a referenciar o nosso calendário de eventos anual, obviamente numa aposta de crescimento, de quantidade naquilo que for interessante a esse nível, mas marcar bem como um dos elementos distintivos que o Município oferecerá aos seus cidadãos e àqueles que poderá conseguir conquistar, para utilizar, nesses dias, como um elemento complementar a tantos outros que temos.*

*Quero deixar essa referência de uma tipologia diferente de trabalho que é diferente, mas que é importante. Tem um índice de importância muito elevado, com uma caracterização bastante diferente dos outros. Foi um período rico e intenso de trabalho que a informação procura partilhar nos seus elementos principais e, futuramente, na interação com a Assembleia Municipal teremos gosto em partilhar e de voltar a abordar vários deles.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Exmos senhores deputados, e todos os presentes. Lendo a comunicação do Presidente referente a este período, ficamos portanto do seu executivo, do trabalho que tem sido realizado, alguns factos.*

*Em primeiro, em relação ao estacionamento na cidade de Aveiro. Importa referir que a reorganização realizada por este executivo municipal, que pretendia reorganizar e reduzir o estacionamento ilegal, na realidade violou aquilo que foi um compromisso eleitoral de não aumentar o espaço de estacionamento pago em Aveiro.*

*Na realidade passamos de 1963 lugares de estacionamento pago para 2294 lugares! Ou seja, um aumento de 17%. Situação grave e que se agarrava atendendo a que este é o terceiro mandato do PSD/CDS, e já a anterior maioria PSD/CDS tinham passado de 950 para 1963 lugares de estacionamento pago.*

*Mais. Destes 2294 lugares, 1138 dos quais levaram um aumento na sua taxa de 14%. Passando de 70 cêntimos para 80 cêntimos.*

*Naturalmente o PCP não desconhece que houve uma redução de tarifas também em 787 lugares nem desconhece a redução de uma hora na cobrança e ao sábado de manhã.*

*Contudo, a realidade é que este executivo municipal dificultou mais uma vez a vida à população e Aveiro. E mais, a verdade é que aumenta a sua previsão de receitas e vai buscar dinheiro a pessoas que estão em situações que não justificariam isso, nomeadamente o parque de estacionamento do Hospital. Que é um parque de estacionamento enorme que serve utentes, serve profissionais do Hospital, e na nossa perspectiva isso representa uma enorme insensibilidade social.*

*Isto fazendo passar a imagem de que é para evitar o estacionamento ilegal, abusivo e por aí fora.*

*Em relação ao FAM e ao PAM cumpre dizer o seguinte. A comunicação do Presidente é extraordinariamente vaga em relação a isto!? Apenas refere, entre outras coisas, uma racionalização de despesa e receita. Perguntamos nós, quando e como e lembramos a promessa do PAM e o que ela está a representar para os aveirenses. O aumento de Derrama, do IRS, do IMI, tudo o que é taxa, enfim tudo o que se podia aumentar foi aumentado. Já aqui o anunciámos, ficamos muito preocupados com este aumento da carga fiscal, bem como os anunciados serviços bem como do emprego publico que o senhor Presidente da Câmara até há bem pouco tempo auspiciava pudesse chegar a metade.*

*Nós da nossa parte vemos isto com muita preocupação. Mas também nos admiramos que alguns trabalhos neste sentido possam estar a ser bem-sucedidos. Uma vez que a taxa que a direção do PAM pretende aplicar é uma taxa superior àquela que é cobrada à Republica Portuguesa. Portanto isto para muita gente pode ser um bom negócio. Portanto são preocupações do PCP em relação a isto.*

*Terminava chamando atenção para duas situações. Por um lado a MoveAveiro, por outro lado a do Hospital.*

*Nós em relação à Move Aveiro preocupa-nos não haver nesta comunicação do Presidente grandes adiantamentos em relação ao processo de internalização dos serviços, dos seus recursos humanos e materiais. Nós na nossa ideia continuamos a insistir na ideia da necessidade de parar com a concessão das rotas mais importantes e lucrativas. Que é necessário (e já temos vindo a alertar não só este executivo como os anteriores) colocar em andamento um processo em que se possa negociar com o governo o cumprimento de compensações indemnizatórias, tal como são entregues à CARRIS como ao STCP. Nós da nossa parte também consideramos que era possível fazer uma redução dos preços dos bilhetes para jovens, estudantes, desempregados e idosos. Quanto mais não seja por exemplo alocando as receitas da MoveParque.*

*Colocamos ainda a tônica de colocar em andamento os autocarros seminovos que neste momento se encontram parados.*

*Em relação ao Hospital de Aveiro e termino dizendo o seguinte: O Hospital de Aveiro tem sido desde há vários anos a esta parte e em particular nestes dois três anos tem vindo a ser noticia pelos piores motivos nas páginas dos jornais. Sela por uma lista de espera de 5.000 doentes para operações, sendo que se compararmos dezembro de 2014 a dezembro 2013, a situação agrava-se em 300 doentes. Sela pelas estórias das cirurgias fictícias, seja pelos cadáveres nas urgências, o parque exagerado de ambulâncias que lhe retém as macas e assim não podem desenvolver a sua tarefa, as ameaças de fim de serviços como o caso da neurologia, seja no abuso do trabalho extraordinário que é imposto nomeadamente aos enfermeiros.*

*Tudo isto a nós PCP coloca-nos uma altíssima linha de responsabilidade, porque naturalmente cumpre ao governo que tutela a área da saúde e ao Senhor Ministro Paulo Macedo, que está claramente a mais na sua tarefa. Mas também à ausência por parte da Câmara de Aveiro e do seu Presidente em particular, numa denuncia destas situações e da sua colocação do lado dos utentes, defendendo os interesses da comunidade aveirense. Tenho dito.”*

Vogal Virgínia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

*“Neste ponto, o Bloco de Esquerda gostaria de abordar dois temas em particular para os quais gostaria de colocar algumas questões e obter respostas bastante concretas por parte do executivo da Câmara Municipal de Aveiro.*

*Em primeiro lugar, gostaria de saber o que se passa com a iluminação pública na cidade? Várias ruas em Aveiro, centro de Esgueira e nas Agradas estão constantemente às escuras durante a noite.*

*Será este um problema no sistema de ligar e desligar automático que está dessincronizado? Se é assim, gostaria de saber porque é que esta situação se arrasta há tanto tempo sem qualquer solução? Será que o problema não é técnico mas sim uma questão de contenção financeira da Câmara? Gostaríamos de saber.*

*Qualquer que seja a origem do problema, a situação deve ser esclarecida e resolvida o quanto antes, uma vez que representa um enorme risco de segurança na cidade.*

*Em segundo lugar, e correndo o risco de repetir algumas palavras do Filipe, quero abordar o tema das alterações ao estacionamento pago.*

*O executivo PSD/CDS tomou novamente decisões importantíssimas sem qualquer participação da população. O que leva a crer que a prepotência e a falta de democracia não é defeito, é mesmo o feitio do executivo.*

*Não deixo de salientar que o executivo tomou algumas medidas positivas: a isenção de pagamento ao sábado e a redução de horário pago; assim como a redução do preço horário de 70 para 40 cêntimos em algumas zonas.*

*Mas globalmente a reforma do estacionamento pago em Aveiro é negativa para o presente e para o futuro.*

*Passámos de 1960 lugares para 2300 lugares pagos. Havendo efetivamente um aumento da área paga. Ainda para mais, na maior parte dos lugares a tarifa horária aumenta de 70 para 80 cêntimos.*

*São ainda criadas três novas zonas pagas: uma na Forca, outra junto ao INDESP, e uma na zona do Hospital/Universidade.*

*Falamos de 369 novos lugares pagos a 1 euro por dia. No caso do parque do Hospital, lesa-se especialmente os profissionais do hospital e doentes e famílias visitantes sem que lhes seja apresentada qualquer alternativa.*

*Na sua comunicação escrita, o Sr. Presidente da Câmara diz e passo a citar: “tornou-se necessário introduzir novas medidas e soluções de forma a disciplinar a circulação e o uso automóvel, privilegiando o transporte coletivo (...)”.*

*Olhando para a realidade, estas palavras bem podiam sair de um qualquer livro intitulado “O Presidente no País das Maravilhas”.*

*Onde estão as medidas para privilegiar o transporte coletivo?*

*E com isto pergunto: que medidas vai o executivo tomar para reabilitar a MoveAveiro? Vai desfazer as maldades que o executivo de Élio Maia fez aos transportes públicos em Aveiro ou vai insistir no mesmo caminho?*

*Vai apostar nos transportes públicos ou quer entrega-los aos privados?*

*Sejamos claros, esta reforma de estacionamento pago em Aveiro não serve as necessidades da população. É um aumento da área paga. Não é criada qualquer alternativa. Não existe qualquer aposta nos transportes públicos.*

*É uma má reforma e por isso mesmo o Bloco defende os interesses da população e opõe-se a estas medidas.*

*Por ser uma má reforma, por ter sido feita em secretismo e por constituir uma quebra de uma promessa eleitoral, a Câmara Municipal deve esclarecimentos à população e deve presta-los aqui hoje.*

*Aveiro tem vários parques de estacionamento com uma taxa de ocupação abaixo dos 20%. Como vai o executivo aproveitar estes equipamentos?*

*O executivo prevê um grande aumento nas receitas do estacionamento nos próximos anos. Portanto, perguntamos: o executivo garante que não haverá um aumento ainda maior da área paga? Garante que os preços não serão drasticamente aumentados? Garante que os novos parques de tarifa diária a um euro não serão no futuro mais caros e tarifados à hora? Tenho dito.”*

Vogal Maria da Luz (JPA)<sup>025</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>026</sup>

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>027</sup>

*“Senhor Presidente, eu confesso, sem qualquer acrimónia, tenho alguma dificuldade em tecer alguns considerandos sobre este relatório. Porque, confesso, não é imediatamente perceptível o critério que preside à sua redação. Ou seja, eu acho que ele é simultaneamente omisso e excessivamente detalhado. Dou um exemplo. Acho estranho detalhar quem foi cantar as janeiras nos Paços do Concelho e na página oito, faz e bem referência voto de pesar pela Senhora Isabel Pereira, presidente do Alavário, mas como sabe omitiu o voto de pesar que a Câmara e muito bem fez pelo falecimento do vice-presidente da Comissão Administrativa Orlando Cruz. Aliás Câmara aprovou por unanimidade no dia 21 e aqui esta Assembleia (o senhor Presidente chegou atrasado) fez justamente essa saudação de pesar e portanto compreenderá que de facto a partir do momento em que faz incluir votos de pesar no relatório da atividade municipal, deva então coerentemente incluir todos aqueles que fez. Fica esta pequena referência.*

*Também uma referência que não deixo passar incólume e saudá-lo pela referência ao Embaixador da Indonésia. E faço esta referência porque seguramente não nos envergonhou, porque basta recordar que em tempos idos o Senhor Embaixador de França não chegou a ser recebido pelo então Presidente de Câmara e foi recebido por um vereador e que depois teve de pagar o almoço a esse vereador e a um assessor que o acompanhou no almoço. Triste episódio que felizmente não foi jamais replicado, mas que de facto ficou perene na memória de todos os aveirenses.*

*Senhor Presidente, penso que o Francisco Picado também falará sobre isso, mas há uma referência à Move Aveiro e eu queria saber em que situação está o protocolo com a TRANSDEV, creio está ainda numa situação de alguma indefinição e portanto agradecia as referências que puder dar sobre esta matéria.*

*E terminava pedindo-lhe um esclarecimento a algo que suscitou a minha perplexidade que é a páginas vinte cinco, se eu bem percebo, a Câmara teve de ser condenada em Tribunal para poder fazer um pagamento a um prestador de serviços, porque está aqui referido que não existia qualquer processo de despesa e contratação prévia para o serviço? Como tenho alguma dificuldade em perceber como é que um município pode funcionar sem qualquer processo de despesa e procedimento de contratação prévia. Se tiver a amabilidade de esclarecer a Assembleia?”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>028</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>029</sup>

Presidente da Mesa<sup>030</sup>



Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

*“Muito o obrigado. Eu ia obviamente elogiar esta comunicação, mas não era capaz de dizer que este executivo já pagou 21 milhões de euros! Nos documentos que eu li julgo que é 163 milhões a dívida — isto para quem gosta de olhar para os números de vez em quando.*

*Mas de qualquer maneira, iria fazer o mesmo comentário que o Senhor Presidente da Mesa “cada intervenção política que eu ouço, é um caloteiro”. Assim a minha mãe não me deixa estar aqui! Andou toda a vida a dizer-me que a gente deve pagar a quem deve e se possível não dever nada a ninguém. Mas enfim, isto é uma coisa que os políticos têm de refinar na sua comunicação porque se não eu não sei.*

*Bom, mas eu queria proclamar as 53 ações que estão aqui identificadas do trabalho do executivo. Porque eu acho que a alternativa era um presidente estar aqui a usar cinquenta por cento do seu tempo a dizer que herdou uma câmara falida e que não tem dinheiro para fazer nada. Provavelmente achariam isso mais significativo. Eu acho fantástico que nós começamos com o primeiro ponto do FAM, ou seja que temos um executivo empenhadíssimo em criar uma reorganização financeira do município e que acabe na programação da Feira de Março que é provavelmente um dos ícones mais relevantes do município de Aveiro. E portanto aqui pelo meio temos de tudo. Temos uns votos de pesar pelos vistos há mais, mais também temos o empenho da Câmara no autoemprego, temos o regulamento dos canais urbanos que é provavelmente uma das medidas que do meu ponto de vista eu auguro de maior sucesso porque é um assunto que estamos há anos a tentar reorganizar e criar um regulamento fluido em que a atividade turística que é fundamental de causar a primeira impressão sobre a empatia que se cria daqueles que bem usufruir daquilo que nós temos e deixam aqui recursos.*

*Portanto eu acho que este processo está a ser muito bem-sucedido. Vamos ver agora no decurso da atividade dos operadores.*

*Querida relevar este programa das boas-festas. Que é provavelmente uma ação sem o recurso necessário mas com uma imaginação ou se quiserem um engenho necessário para que as pessoas se sintam bem e façam uma festas de final de ano obviamente com a continuidade das Festas de São Gonçalinho, dar-lhe uma maior amplitude e acabe em beleza e as pessoas sintam de uma outra maneira o programa.*

*E, obviamente, tenho de me referir ao estacionamento. Porque eu acho que o estacionamento é uma das melhores ações que eu vi, enfim, daquilo que é tangível para mim das decisões do executivo. Com um resultado fantástico. Em que para além da racionalização há equilíbrio daquilo que nós chamamos de lugares da oferta. E a questão do euro do parque do Hospital/Universidade acho significativo porque na verdade dava-se o euro na mesma à pessoa que lá estava à frente do seu carro e hoje não tem ninguém a perturbá-lo e tem os lugares disposto numa forma mais harmoniosa. E com um serviço prestado com um outro valor que não o que tinha anteriormente na forma como estava de facto desorganizado se quiser.*

*Portanto eu acho que é de relevar este programa e eu me mantenho cada vez mais entusiasmado com o que vai acontecer a Aveiro nos próximos anos. Muito o obrigado.”*

Vogal Francisco Picado (PS)[032](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[033](#)

*“Boa noite a todos. Três notas breves sobre a comunicação do Senhor Presidente que tem a ver com a Freguesia de Esgueira.*

*Em primeiro lugar congratular-me pelo facto de quatro décadas depois a gestão do cemitério de Esgueira passar para a Junta de Freguesia. Foi com muito agrado que este executivo recebeu esta notícia e que colaborámos e que tudo fizemos em conjunto com a Câmara municipal para levar a bom porta esta vontade de ambas as partes.*

*Também deixar aqui uma nota, os cidadãos de Esgueira dirigem-se à Junta muito agradados por terem agora a possibilidade de terem mais próxima essa gestão. Tem sido bastante bom ver que os cidadãos felizes com esta nova gestão do cemitério de Esgueira.*

*Uma preocupação que depois de ler a Comunicação do Senhor Presidente se atenuou, foi a Unidade de Saúde Familiar de Esgueira, o facto de a empresa infelizmente ter de abandonar a obra, no entanto congratularmo-nos de ser uma empresa de Aveiro (Savecol) a pegar na obra. Uma empresa com credibilidade pensamos nós e, portanto, a preocupação inicial parou e agora já vemos que o assunto de facto foi tratado e bem tratado pelo executivo municipal.*

*Em relação à iluminação e fazendo referência à preocupação da senhora deputada do Bloco de Esquerda, a iluminação das Agradas do Norte, não sei há quanto tempo não passa por lá, mas tem-se mantido acesa nos últimos tempos. A própria Junta de Freguesia fez diligências em conjunto com a Câmara, junto da EDP, porque havia de facto um desfasamento horário e houve ali alguma dificuldade em ajustar o horário da iluminação. Neste momento, é uma zona onde eu passo diariamente, a zona das Agradas tem estado iluminada na última semana.*

*Pronto, fazer esta referência e mais uma vez agradecer, porque este é o fórum para o fazer, toda a colaboração dos serviços mesmo depois de já termos a gestão do cemitério, continuamos a trabalhar e a colaborar muito perto uns dos outros para resolvermos os problemas que vão surgindo e limando algumas arestas na própria gestão do cemitério. Muito o brigado.”*

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)<sup>034</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>035</sup>

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)<sup>036</sup>

Vogal Ana Seíça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>037</sup>

*“Boa noite a todos. Vou fazer umas breves considerações sobre a apresentação da atividade municipal, como digo breve porque depois de tanto ouvir aqui assim eu até penso que não terei lido a mesma coisa que outros senhores deputados?!*

*Nem tudo é mau. Seria péssimo se continuasse a ser tudo mau. E nós o que desejamos é que este executivo consiga fazer de Aveiro a cidade que todos ansiamos ver. Uma cidade projetada, com os cidadãos a viverem bem e toda a gente satisfeita com muito emprego, muito turismo, tudo isso. E estamos aqui para apoiar, mas também estamos para dizer que não concordamos, quer nos vejamos no eventos ou não.*

*Mas o facto de não nos vermos nos eventos não quer dizer que não saibamos o que se passa nos ditos eventos.*

*Por exemplo, eu não sei, nem consigo entender, e peço desculpa porque eu quando falo é sempre com respeito pelas opiniões das outras pessoas, como é que conseguem ver que houve umas manifestações natalícias tão interessantes?!*

*Eu não consegui ver. E gostaria de ver. Dou os parabéns pelo fogo-de-artifício que fizeram na passagem de ano. Achei muito interessante, bonito, foi uma festa as pessoas verem aquilo. Agora o resto, os Coros. Eu sempre ouvi Coros nestas alturas por aqui nada que eu ache de extraordinário. E vai-me permitir Senhor Presidente que eu não concorde nada, porque eu todos os dias também ando por Aveiro a pé ou de automóvel*

*e realmente esta época natalícia (que por alguns motivos era uma época de que eu gostava imenso e neste momentos por vários motivos não o é) eu não deixo de sentir a alegria do Natal. E a alegria do Natal (eu não sou filósofa), chegar à Avenida ou descer ali pelas ruas e ver apenas aqui junto da capitania umas pequenas iluminações que era um presépio e não havia mais nada?!*

*É que antigamente ainda havia umas luzes (meias pindéricas) nas árvores, mas este ano nem sequer vi isso. Eu sei que a Câmara não tem dinheiro. Mas dizerem que foram umas “grandes manifestações natalícias” eu não as senti, não as vi, e estou dentro de Aveiro. Quanto a isso estamos conversados. Tenho esperança agora que com o PAM o Senhor Presidente apresente aí uma coisa com mais luminosidade, para nos dar a alegria do Natal e nos fazer esquecer algumas agruras da vida.*

*Também dizem que foi um êxito aquilo que diz respeito ao Turismo e áquilo que fez no sentido de racionalizar a atribuição dos sítios onde estão os moliceiros. Tudo isso foi muito interessante, foi um êxito. Sei que estão a dar uma componente teórica e uma componente prática para ajudar as pessoas que estão nos moliceiros a serem mais sabedores do nosso património. Mas devo dizer que se deve insistir muito nisso, porque ainda há quinze dias eu estava no canal de São Roque e ouvi um senhor a explicar às pessoas a falarem novamente no Eiffel?! A falarem da denominada ponte do laço que aquilo é uma comemoração do Eiffel! Não sei onde foram buscar tal coisa? As pessoas não questionam, não sabem.*

*Eu acho muito importante esses ensinamentos para projetar de facto o Turismo, mas o Turismo com qualidade.*

*Queria também chamar atenção, não vou falar do estacionamento porque terei de falar dele por outros motivos, mas o estacionamento do bairro da Beira-Mar. O Senhor Fernando conhece e eu também conheço porque moro lá, as pessoas estavam muito preocupadas com estacionamento. E sabem porquê? Porque de manhã quando nos levantamos e vamos para as nossas vidas (eu sou privilegiada nesse aspecto porque tenho garagem), muitas das pessoas que lá vivem vão à praça, vão ao hospital, e quando chegam têm sítio. A rua não é nossa, a rua é do povo digamos assim. Mas o que é certo é que ia lá muita gente estacionar os carros. Pessoas que depois vêm para os seus empregos. Aquilo não é nosso, mas pessoas sentiam essa necessidade e agora estão mais satisfeitas porque têm lá o cartão de residente. Mas o estacionamento é para todos. De maneira que as pessoas da Beira-mar agora estão muito satisfeitas por lá terem um sítio, pronto.*

*Mas queria também chamar-lhe atenção porque o ‘Contencioso’ continua em grande. Com ações de 2013, 2014, além de umas que estão muito atrasadas!*

*E a propósito do contencioso tenho de fazer aqui uma referencia áquilo que o Senhor Presidente falou da Loja do Cidadão.*

*Fico sempre preocupada com essas alterações. Todos os governantes gostam de deixar uma marca nem que seja uma marca péssima.*

*Nós temos Tribunais que deixaram de existir para serem balcões de atendimento. Temos uma coisa fantástica chamada balcão do despejo, que é uma coisa do inferno, para além dos balcões de injunções, mas isso não interessa.*

*Se agora (gostaria que me explicasse) a ideia de acabar com as lojas do cidadão e fazer pequenos balcões de atendimento. A ideia não é essa, pronto fico mais descansada.*

*Finalmente. Dou-lhe os parabéns pela Feira de Março porque de facto tem aqui um programa com grandes artistas. Pode ser que o possa lá encontrar a ver alguns deles porque também gosto deles. Nesta caso vamos encontrar lá certamente.*

*Também acho muito bem não ser obrigatório o pagamento ao domingo. E voltando atrás, porque tenho de falar rapidamente, nós bancada do partido socialista fomos contra o aumento do estacionamento pago, inclusive do sábado. Por isso estamos satisfeitos que agora pelo menos ao sábado não se paga e irá ter a diminuição de uma hora. Sempre achámos uma estupidez aumentar o número de horas que se tinha de pagar.*

*E agora não querendo ser irónica, achei curioso, não sou técnica, mas para controlar o escaravelho vermelho se tenha de pagar dezanove mil e oitocentos euros!?*

*Já agora, chamo-lhe atenção, para lhe dizer que a nossa Avenida está completamente deserta em termos de árvores. Eu venho da estação cá para baixo e não se vê nada. É triste.*

*E já agora, também não sabia que a nossa cidade estava tão necessitada de fazer desratizações. Estou preocupada com a nossa saúde pública.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

*“Boa noite Senhor Presidente. Boa noite caros colegas vogais da Assembleia Municipal, restante público. Eu iniciaria, gostaria de apresentar uma proposta Câmara Municipal para que crie uma comissão organizadora da relevância dos pontos da atividade municipal na comunicação do Senhor Presidente. Acho que era uma iniciativa bastante importante.*

*Mais a sério, telegraficamente, gostaria de dar nota da iniciativa de dar formação aos operadores. É uma promessa eleitoral cumprida que vinha no manifesto Aveiro Mais Jovem. E é muito importante como o nosso município fará uma aposta no turismo é muito importante.*

*O programa de boas-festas gostaria de destacar os concertos dados junto ao Mercado Manuel Firmino onde algumas Associações e Escolas de Música do nosso município estiveram performances muito interessantes.*

*A questão da passagem de ano. Eu há muitos anos que não via tanta gente na rua na noite de passagem de ano. Não sei se foi do fogo-de-artifício, se foi do frio, se foi da animação no Rossio, foi muito interessante.*

*O São Gonçalinho foi uma aposta arriscada a localização do concerto. No dia a seguir toda a gente estava de acordo, acho que foi unanime e deve ser para repetir.*

*A questão da Feira de Março. Já houve críticas por não haver dinheiro para umas coisas. Agora temos um cartaz muito interessante. É um cartaz popular e é assim que deve ser. A Feira de Março é uma festa popular. A questão também de não haver bilhete ao domingo é muito interessante para as pessoas poderem lá ir em grupo porque é uma festa que é de todos. Penso que daqui a uns meses estaremos aqui a elogiar não só os números de visitantes que a Feira de Março teve, mas também o número de pessoas que trouxe ao município nessas datas.*

*A questão dos bilhetes serem vendidos na plataforma ticketline do Teatro Aveirense. O Teatro Aveirense tem características muito próprias e penso que esta iniciativa poderá trazer outros públicos a esta casa.*

*Gostaria também de felicitar o Vereador Jorge Ratola na questão do estacionamento. Já aqui muito se falou sobre isso, mas também eu gostaria de destacar existiam lugares reservados a entidades que deixaram de ter e isso libertará também alguns estacionamentos na nossa cidade que é importante.*

*A questão do estacionamento na Beira-mar. Também já aqui foi falado e eu acho que é muito importante. Havia o problema de os habitantes da Beira-Mar e aquela zona da Vera Cruz no largo da Apresentação não terem estacionamento para eles porque eram*

*utilizados pelas pessoas que trabalham nos bancos e agora têm oportunidade de terem a sua vida mais simplificada. E é tudo. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Eu começo por dizer que estou pasmado. É, pasmado! Porque ouço aqui algumas intervenções de pessoas que falam sem conhecimento de causa. E aquilo que me preocupa é que nós devemos vir para aqui para ajudar o Senhor Presidente. E o Senhor Presidente não precisa de tanta bajulação?! Isto é inacreditável. Bajulam em coisas e eu vou demonstrar aqui, porque digo isto: “tradições e sacos de pão”.*

*Senhor Presidente e Senhora Vereadora, fizeram a publicidade que até deu na televisão. Fizeram a festa. Atiraram os foguetes. Apanharam as canas e os sacos ninguém os viu?! Bem, viram-se na Latina.*

*Vou mais longe. Agora até aqui ouvi que deu formação aos informadores dos barcos moliceiros. O Senhor Presidente da câmara convidou-me já duas vezes “eu vou com o Barbosa para ver como é”. Senhor Presidente da Câmara, continuam a dizer “que há jacarés na Ria” (ouvem-se vozes). Tudo é bom. Há sempre argumentos para tudo.*

*Sobre os parcómetros. Eu vou explicar aquilo que penso e aquilo que sei e vou mostrar fotografias dadas por residentes. Também achamos que não ouvem as pessoas. E se ouvem, ouvem apenas quem querem, mas tudo bem. Por muito que digam o contrário, não diminuiram estacionamento pagos. Quanto à reorganização quero dizer-lhe que não somos contra, até porque em 2012, nós na Junta de Freguesia da Vera Cruz sugerimos à câmara essa reorganização visto que reconhecíamos haver zonas com poucos estacionamentos e outros com estacionamentos excessivos. A nossa sugestão já era para menos zonas e homogéneas. No entanto não deixamos de fazer dois reparos. Estranhámos duas coisas, primeiro é os funcionários da Loja do Cidadão estarem tão submissos! É que anteriormente quase que batiam na câmara por causa dos estacionamento lá. Uma pergunta: por que tiraram o estacionamento pago na rua Prior Manuel Fernandes? Já me disseram que não era rentável. Mas, foram coloca-lo na Avenida Santa Joana em frente à escola da Glória, numa zona residencial, que é uma baía que comporta seis carros!? Sinceramente, os parcómetros na zona periférica da Avenida da Força Aérea foram colocados a pedido dos moradores, porque nesta zona existem três rent cars que ocupavam tudo com os carros ali estacionados.*

*E para não haver dúvidas, vou-lhes entregar três fotocópias com fotografias tiradas por um morador, com os carros identificados, em transgressão.*

*Senhor Presidente, por muito que se tente sensibilizar as pessoas para as alternativas é difícil, quando não as encontramos.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[040](#)

*“Neste ponto da ordem vou realçar algumas ações que a Câmara levou a cabo e que a mim e à bancada do PSD merecem ser realçadas.*

*Irei começar pelas boas-festas em Aveiro que começaram com um quadro natalício e se prolongaram até às festas de São Gonçalinho. Diga-se desde já uma boa e profícua parceria entre a Câmara municipal e a mordomia das festas de São Gonçalinho. Naquelas que foram talvez das festas mais participadas de há muito anos, feitas no local certo, com espaço e alegria para todos.*

*De realçar também a participação de muitos aveirenses nas festas de passagem de ano. Este ano com grande colorido e animado programa levado a cabo no Rossio e no*



*centro histórico aveirense. Neste programa deixem-me realçar o espetáculo pirotécnico de cor e luz, que muitos podemos contemplar nos canais urbanos da nossa cidade. Este foi um momento alto, este foi um momento festivo que trouxe Aveiro muita gente que pode ver e que pode contemplar Aveiro em festa.*

*Uma pequena obra junto ao ISCA que passou um bocadinho despercebida. No cruzamento do ISCA sempre que chovia ou orvalhava, entre o ISCA e a urgência do Hospital ficava uma autêntica piscina com a tampa das águas no cruzamento do ISCA a levantar.*

*Queria felicitar o executivo pela pequena obra de bypass das águas que agora quando chove muito não se junta água em toda aquela zona, pois a água segue agora o seu curso normal não incomodando as pessoas e os automobilistas.*

*Criar realçar a hasta pública para atribuição dos cais nos canais urbanos da Ria de Aveiro. De referir que esta hasta pública só foi possível após a revisão e aprovação na Câmara Municipal e nesta Assembleia do novo regulamento dos canais urbanos da Ria, que permitiu entre outras coisas que esta licitação pública fosse feita por um período superior a um ano, fator decisivo para a presença de tantas empresas do sector.*

*Esta licitação permitiu o encaixe financeiro aos cofres da autarquia de cerca de 1,2 milhões de euros.*

*Esta operação além do encaixe financeiro substancial permitiu introduzir também na relação executivo e empresas um acordo para formação e divulgação por parte das mesmas aquando dos passeios turísticas.*

*Sobre o Plano de Estacionamento já muito foi dito. Mas queria realçar o excelente trabalho técnico feito pela equipa de Jorge Ratola que penso irá ter no futuro resultados práticos na mobilidade e no estacionamento de Aveiro.*

*Neste Plano queria realçar que foram tirados muitos lugares a muitas entidades e organismos que agora são para o público. Hoje temos mais estacionamento disponível, oferta diferenciada nos preços e soluções diversificadas na opção e temos mais qualidade para os peões. E deixo aqui uma nota para que a fiscalização esteja presente e que não tenhamos dúvidas que a Câmara e as forças responsáveis para garantir essa componente dirão presente.*

*Exemplos desta melhoria já foi falado, o Bairro da Beira-Mar. Mas queria falar-vos também da Avenida da Força Aérea onde aquilo não era uma Avenida, era um parque de estacionamento. Havia imensos lugares disponíveis nas zonas de estacionamento, mas os carros paravam junto do separador central e encima dos passeios reduzindo a segurança dos peões e atropelando as pessoas. Hoje se passarem por lá parecer que está lá uma Avenida nova, disponível, com a sua função principal para a qual foi feita e paga por todos nós.*

*Quanto ao parque do Hospital como já foi aqui referido, não é um parque do Hospital/Universidade, é um parque junto destas instituições, instituições estas (e falo daquela onde trabalho) onde pagamos um cartão de estacionamento mas nunca temos estacionamento livre para entrar.*

*Pois de referir que neste parque se praticava uma atividade não licenciada dos arrumadores que extorquiam verbas generosas aos condutores sob ameaça e que agora com a ação dos fiscais da MoveAveiro e fiscalização por parte das forças policiais esta atividade diminuiu, praticamente não existe durante a semana.*

*No parque junto ao Hospital não há contestação visível. Os utilizadores falam só (e deixo aqui um recado ao Senhor Presidente) na possibilidade de existir um cartão de livre acesso àquele parque.*

*Queria também referir à operação dos sacos de pão em pano distribuídos pelo município. A Câmara de Aveiro em parceria com a SUMA e com outras entidades*

*lançaram uma campanha “a tradição ainda é o que era” que contou com a distribuição de 5.500 sacos de pano, que apelavam à reutilização dos sacos e ao não uso dos sacos plásticos.*

*Claro que para terminar não poderia deixar de dar os meus parabéns ao executivo, em nome da bancada do PSD e claro com o apoio da bancada do CDS-PP, queria dar os parabéns ao Senhor Presidente pelo arrojo, brilhantismo e perspicácia no programa musical e cultural de apoio à Feira de Março de 2015. Apoio cultural e musical que é um chamariz para a nossa Feira de Março e que nesta duas bancadas que o apoiam todos, mas todos creem que tal programa será um empurrão claro para o engrandecimento e ao afirmar da Feira de Março no programa das Feiras nacionais. Esta equação da Feira de Março terá um saldo artístico de participação de grande sucesso e terá um resultado financeiro positivo. Não serão os aveirenses a pagar a fatura estamos nas bancadas do PSD e do CDS certos disso.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[041](#)

*“Gostava em primeiro lugar de pegar nesta questão do estacionamento, que vários de vocês referenciaram, com esta nota. Não vale a pena usar frases curtas para tratar esta matéria. Julgo que todos foram rigorosos, uns valorizaram mais os aspectos positivos outros os negativos. Os que valorizam os negativos não o fazem por mal e os que valorizam os positivos não o fazem por bajulação. É uma perspectiva de olhar para as coisas, uns e outros com seriedade, valorizando, muito por força da condição política, mais os aspectos negativos ou mais os aspectos positivos. Quero a todos agradecer as notas.*

*O balanço é profundamente positivo. E nós temos uma realidade base que é bom não esquecer! A nossa cidade tem uma circunstância completamente anómala daquilo que é uma cidade normal da nossa dimensão. O tráfego que gera é profundamente desproporcionado para a quantidade de residentes que tem.*

*Está escrito no nosso Plano, está escrito em todos os documentos que estudam isto. Portanto, tem que ter uma abordagem no tratamento dos fluxos de trânsito onde o estacionamento tem presença de forma completamente diferente.*

*A lógica é aumentar ligeiramente o preço nas zonas mais centrais onde essa pressão é maior, para induzir mais a rotação, e baixar ligeiramente nas zonas centrais, mas mais periféricas, para que elas possam ser mais procuradas por aqueles que querem ir, exactamente, para o centro e criar oportunidades nos parques de longa duração de forma a termos uma outra oferta.*

*Não serei pormenorizado a falar disto, há coisas que são tão óbvias mas tão delicadas que não devemos passar por elas com pormenor.*

*A abordagem aos estacionamentos de longa duração tem muitos outros objectivos além de cobrar um ‘dinheirinho’! Há questões muito importantes ligadas à segurança, ligadas ao fim de actos criminosos, ligados à tranquila utilização do espaço público pelos nossos concidadãos. Portanto este é a circunstância e os múltiplos objectivos que temos com isto, sabendo que cumprimos vários objectivos, reduzimos a área de estacionamento pago.*

*Alguns distorceram o que está no programa de candidatura da Aliança com Aveiro, e é bom que vão ler para não distorcer, seguramente que ninguém o fez com intenção, e um dos nossos objectivos é reduzir a área. Por isso é que na zona da Forca e na zona da Escola Profissional de Aveiro reduzimos áreas. Áreas que eram de estacionamento pago e que deixaram de o ser. E essa atitude tem a ver com questões de natureza técnica. Não é por causa da promessa! A promessa não é um acto vazio, ela assenta em*

*questões objectivas e a objectividade tem a ver com duas circunstâncias: a rentabilidade do lugar que não é a rentabilidade financeira; nós medimos a produção financeira, quer dizer, a quantidade de utilizadores que tem. Portanto, quando ela é muito baixa quer dizer que roda muito pouco e que a função de utilização é muito irrelevante; portanto, não faz sentido a zona ser parqueada. Estamos a falar de questões técnico-objectivas e não de filosofia política ou de referências filosóficas que não servem para coisíssima nenhuma.*

*A saída do sábado é para que o uso do fim-de-semana seja mais tranquilo. Nós também temos questões de gestão porque a gestão ao sábado e ao domingo é muito cara do que a gestão nos dias úteis da semana. Há aqui um encontro de factores que leva a que tudo isto funcione.*

*Não faz sentido falar de parque periféricos numa cidade tão pequena como a nossa. Isto não é Barcelona, nem sequer Lisboa, nem sequer o Porto. Nós temos parques periféricos, mas à nossa dimensão, na área da Estação da CP; na antiga fábrica do Paula Dias; na zona do Castro, na Universidade de Aveiro; nós temos vários na zona do Canal de S. Roque no lado da margem poente; nós temos vários parques periféricos não-pagos e isso foi devidamente cuidado nesta operação com uma importância relevante na oferta total.*

*Mas há outras questões para tratar. O Francisco Picado falou duma que é o acerto da justaposição, nomeadamente destas grandes ofertas, destas grandes áreas de oferta de estacionamento não-pago mais periférico, com os circuitos dos transportes públicos. Com certeza que sim. Devo dizer que uma linha que ajustámos nos últimos meses, que é o novo sucesso da operação de transportes públicos, foi ajustada para servir a Universidade de Aveiro que estava muito mal servida e para tentar que alguns dos utilizadores da Universidade de Aveiro, que vão de carro, e que são demais para a capacidade de estacionamento que temos naquela zona, baixe. A reacção foi muito interessante e quantitativamente muito sensível. Esta é, em traços largos, uma operação com um balanço muito positivo, com uma avaliação por fazer muito intensa pela frente. Estamos no primeiro mês, agora já no segundo mês, e seguimos com toda a atenção. Devo também acrescentar a excelência do trabalho da nossa autoridade policial. A PSP tem tido uma parceria de grande utilidade. Há, de facto, um comportamento novo porque somos finalmente parceiros, trabalhamos quase todos os dias com interações directas para que o combate ao estacionamento ilegal, o combate às operações económicas, entre outras ilegais, seja feito com elevado sucesso. Ainda nada atingiu os cem por cento. Eventualmente nunca nada atingirá os cem por cento, mas seguimos um trabalho de cuidar da elevação qualitativa do resultado final em permanência. E essa é a aposta que estamos a fazer e, felizmente, com os primeiros dados e os primeiros indicadores positivos. Mas repito, estamos na fase inicial da avaliação deste processo e vamos continuar muito atento a eles.*

*A outra questão, abordada por todos, é a história da MoveAveiro misturada com isto. Claro e cristalino, vamos extinguir a MoveAveiro; a Lei 50 manda extinguir a MoveAveiro. O Tribunal de Contas chumbou o contrato da Câmara Municipal de Aveiro no que respeita aos serviços sociais, chames-mo-lhes assim, o Transporte Escolar e de Apoio Social, chumbou. E porquê? Porque a MoveAveiro não pode existir ao abrigo da presente lei. Portanto que não haja dúvidas... a MoveAveiro tem que ser extinta. Meia volta, volta e meia, recebemos uma carta da Inspeção Geral de Finanças a perguntar à Sra. Câmara se já extinguiu a MoveAveiro, se já cumpriu a lei; e nós respondemos que estamos a cuidar no âmbito do processo de reestruturação financeira. Extinta em absoluto; processo de internalização em construção — depois verão o que é um processo de internalização e um plano que é uma coisa complicadíssima que cuida*

*de todos os pormenores e o pormenor vai ao futuro de cada indivíduo que trabalha na empresa.*

*É todo esse trabalho que está em fase final, sabendo que a empresa tem que passar de insustentável a sustentável. A outra componente que estamos a trabalhar é a possibilidade de concessionar algumas das componentes do serviço público com o objectivo absoluto e que conquistaremos da elevação da qualidade do serviço público prestado.*

*Não vale a pena referenciar ideológicas porque às vezes baralhamos as coisas. Quem faz as obras públicas à Câmara são empresas privadas, não somos nós.*

*Isso do “ah, era melhor sermos nós”, com certeza, tínhamos que ter mais seiscentos funcionários e não sei quantas máquinas. Pois com certeza, o modelo comunista, está provado pelo mundo inteiro, é insustentável a ele próprio.*

*Portanto, são empresas privadas que fazem muitas das nossas coisas. Muito do nosso serviço público é directamente prestado por empresas privadas.*

*A limpeza urbana do nosso município é há muitos anos feita por empresa privada. Não vale a pena perdermo-nos com coisas que não servem para nada e com modelos que já ninguém defende, mesmo aqueles que ainda os têm nos símbolos das bandeiras, mas que na prática já não os praticam.*

*A outra questão que referenciava na intervenção da Dra. Maria da Luz Nolasco. Por amor de deus. Vá lá à sua memória e veja o apoio ao associativismo!? São milhões e milhões de euros de dívidas que o seu apoio ao associativismo deixou em muitas associações.*

*São associações que foram para a falência de uma forma vergonhosa como o Clube Desportivo de São Bernardo. O clube mais representativo da única freguesia liderada pelo MIJPA e que foi à falência!? E um dos principais contribuintes da falência do Clube Desportivo de São Bernardo chama-se Câmara Municipal de Aveiro onde V. Exa. foi Vereadora! Haja vergonha e haja o sentido profundo da verdade, quando avaliamos o nosso estado.*

*Felizmente temos um grupo de gente lutadora, séria, a tentar reanimar, dar vida, ao Clube Desportivo de São Bernardo. Estamos a trabalhar com um Banco que nos está a ajudar, por força da intervenção da Câmara Municipal de Aveiro, porque todo o pavilhão, hoje, chama-se Montepio Geral — e o inquilino está lá a jogar e a trabalhar de borla, porque o Sr. Presidente da Câmara providencia que isso seja possível, etc., etc.*

*Por isso, estamos a fazer as coisas como se deve fazer. Pusemos à consideração do movimento associativo um regulamento, recebemos uma série de contribuições, mais até do que estávamos à espera, e por isso estamos a demorar um bocado mais a fazer a versão final do regulamento, que irá à Câmara, que virá aqui muito proximamente, numa das nossas próximas reuniões de trabalho, para que todos sejam tratados por igual e para que tenhamos de facto um movimento associativo tratado com justiça, com igualdade, e não actos gravíssimos que foram praticados pelo Executivo a que a Sra. pertenceu, usando de forma despidorada recursos que estão ao dispor de todos. Portanto, estamos a falar de uma atitude diferente, séria, e espero que a sua apreciação ao regulamento que aqui vamos trazer, à dimensão financeira, seja feita com essa tipologia de princípio e não vir para aqui fazer de conta que o passado não existiu e que V. Exa. não foi responsável por esse pobre, paupérrimo, passado.*

*O Dr. Filipe Neto Brandão chamou a atenção para o ponto trinta e quatro. Dizer-lhe que eramos nós felizes nessa componente administrativa se o único processo que tivéssemos herdado sem tratamento administrativo tivesse sido este. Era um foguete. Nós temos largas dezenas de processos de despesa sem procedimento administrativo.*

*Largas, larguíssimas; julgo que passa a centena. Este é um tanto simbólico e por isso o escolhi.*

*O que é que nós fizemos ao Dr. Castanheira Neves? «Sr. Dr. só temos uma forma de lhe pagar; meta-nos em Tribunal, nós não vamos a jogo, esperemos que isso ande depressa para sermos condenados, com o compromisso que assumimos consigo que acto imediato mandamos pagar». Está pago. É uma situação inenarrável. É uma situação vergonhosa. Está tratada com elegância, usando o quadro legal que tínhamos à mão, não tínhamos mais nenhum quadro legal para tratar do processo e é assim que estamos a fazer com tantos e tantos, sabendo que alguns são difícilísimos de arranjar um mecanismo para lhes dar corpo formal, para nós os podermos tratar na consequência final que é o pagamento — este é um exemplo.*

*Aliás, por causa disso, permitam-me que eu não partilhe com a Assembleia Municipal o critério de fazer a minha exposição da Actividade Municipal. Dêem-me essa liberdade, como eu não discuto os critérios que cada um de vocês usa para fazerem as vossas intervenções.*

*Procuró dar uma perspectiva; tenho as minhas opções políticas quando desenho cada uma das informações; dêem-me esse direito, como é democrático.*

*A Informação da Actividade Municipal não é um documento que se faz para se saber tudo. O documento que se faz para se saber tudo é o acompanhamento do dia-a-dia da actividade. Depois há aqui um momento político em que o Presidente da Câmara, com o trabalho da sua equipa, escolhe um conjunto de matérias que por múltiplos motivos entendeu como mais relevantes. Num trimestre fala mais no FAM, noutra fala mais das obras.*

*Agora, permitam-me democraticamente o meu critério e eu permito-me também, democraticamente, aceitar o vosso critério e conviveremos todos com grande elevação democrática. O que, além do mais, tem sido nosso apanágio.*

*O Dr. Jorge Nascimento disse que estamos seriamente preocupados! Pois, Sr. Dr., eu acho que V. Exa. e o MIJPA só estão preocupados, não estão seriamente preocupados com coisíssima nenhuma, daquilo que se passa no desenvolvimento e na gestão do nosso Município de Aveiro.*

*Alguns de vocês falaram da Feira de Março e de facto a Feira de Março é um evento muito importante, histórico, que o queremos valorizar. A opção de apresentarmos publicamente o cartaz tão cedo não é para que as pessoas comecem a organizar a sua agenda para irem aos concertos. É evidente que se o fizerem muito bem. O objectivo básico é fazer com que os operadores económicos que estão a comprar espaço para trabalharem na Feira durante um mês percebam melhor o valor que vamos ter num elemento que dá um contributo muito relevante para esse valor. O cartaz musical e a filosofia de preços de acesso. Esta foi a nossa opção, queríamos fazê-la ainda mais cedo, mas sabem que concertar agendas de onze artistas, negociar com o mercado o melhor preço, não é uma tarefa que se faça rápida. O nosso gosto era para termos ganho mais um mês mas não conseguimos. Esperemos que na próxima consigamos fazer isso. Mas este era o objectivo.*

*Ainda não é o tempo de começar a fazer a acção de marketing para que as pessoas comecem a fazer o seu agendamento e a sua preparação de ida à Feira. Devo dizer que a reacção dos operadores foi excelente.*

*Mas deixar claro que este é um trabalho que envolve o Presidente da Câmara e os Vereadores em exercício de funções, ao contrário do que para aí houve com umas frases ditas «ah, isso é a equipa técnica da AveiroExpo que é muito boa e faz as coisas bem». O cartaz, a política de preços, a filosofia básica, por exemplo vamos ter uma tenda na zona dos espectáculos para que se estiver a chover (porque há risco em Abril)*



*as pessoas possam assistir confortavelmente ao seu concerto; não foi nenhuma equipa técnica, foi uma decisão minha, dos Vereadores que comigo governam a Câmara, do meu adjunto que nos acompanha mais de perto neste processo.*

*Portanto é uma gestão total nossa e não vale a pena andarem aí uns rapazes quando algo corre bem «isso não são aqueles, são os outros», não vale a pena. A realidade é o que é, para as coisas boas e para as coisas más, porque, obviamente, nem tudo nos corre bem.*

*A Sra. Presidente da Junta de Esgueira referenciou uma coisa. Tivemos um acidente na obra da Unidade de Saúde Familiar de Esgueira. É pena, são daqueles acidentes que todos gostaríamos muito de não ter. Percebemos no início da obra que íamos ter problemas porque pouco depois da empresa estar a trabalhar, uma empresa excelente, de gente excelente devo dizer em abono da verdade, a empresa pediu um adiantamento para materiais. Era o primeiro sinal que as coisas não estavam bem e quando fomos para fazer o primeiro pagamento não pudemos porque tinham chegado as primeiras penhoras. A empresa foi excelente, foi de uma elegância total, de uma frontalidade absoluta, resolveu o problema da forma mais normal que é pegar na empresa que ficou em segundo lugar no concurso e ceder-lhe a posição contratual. A participação da Câmara foi fundamental porque a interação entre as duas empresas não chegava para resolver o problema e nós tivemos que nos juntar os três para resolver alguns problemas, nomeadamente na questão da responsabilidade técnica e legal sobre a parte feita da obra — foi a parte mais delicada que tivemos.*

*Mas pronto, foi um acidente, foi resolvido bem, em tempo, com a ajuda, em primeiro lugar da empresa que era titular, e não acusou dano relevante no cronograma.*

*Mas é bom, para alguns que acham que contribuíram muito no passado para que esta obra se fizesse, que porque uma das coisas que correu muito mal foi adiar.*

*Nós hoje vivemos um mundo terrível para as obras públicas. Nós andamos com problemas gravíssimos com vários empreiteiros, vemos empreiteiros a morrer com regularidade, vimos morrer mais um, e se de facto tivéssemos feito isto no tempo, entre aspas das vacas gordas, em que as empresas tinham uma saúde brutal, tinham crédito na banca; se isto tivesse sido feito há meia dúzia de anos, também poderia acontecer, como é evidente, mas a probabilidade de perdermos um empreiteiro em plena execução era muito mais baixa.*

*Tudo correu bem e esperemos, com uma convicção forte, que o processo corra bem até ao seu final, pressionados que estamos com a execução porque temos um financiamento comunitário que tem que estar arrumado, completamente arrumado, em termos físicos, financeiros e administrativos até ao final do presente ano.*

*Sobre a iluminação pública, também houve outras referências. De vez em quando o que acontece são problemas técnicos. Nós temos tido problemas técnicos recorrentes aqui na zona da Praça da República e envolvente, na zona do Cais da Fonte Nova e a nossa própria Fábrica está praticamente às escuras porque o sistema faliu, acabou-se, e temos tido pontualmente alguns problemas técnicos. Não há, neste momento, nenhuma escuridão deste género que seja por opção de contenção de custos. O único momento que temos é o arranque da manhã em que há o delay entre o nascer do sol e o apagar, de uma hora, porque entendemos que aí sim há uma poupança relevante e não há um prejuízo significativo para uma quantidade de cidadãos. Há para alguns, por exemplo os nossos varredores da Suma queixam-se, mas é um universo curto.*

*Em relação às piadas do Eiffel ou dos lagartos ou dos crocodilos. Vamos continuar a fazer este trabalho para que haja qualidade, os nossos clientes vão passar todos a ter um panfleto que está a ser ultimado, vamos continuar a fazer formação, vamos continuar a fazer com que todos nós possamos crescer qualitativamente. Enfim, de vez*

*em quando, se a malta disser uma asneira é bom lembrar que são ser humanos, e de vez em quando se a malta disser uma piada é bom lembrar que é gente com bom humor e que é fundamental para quem recebe turistas. Portanto há aqui um equilíbrio que devemos cuidar e nós cuidamos muito desse equilíbrio.*

*Dra. Ana Maria Seíça Neves, deixar claro. Espaços do Cidadão são uma coisa; Lojas do Cidadão são outra!? Nós queremos continuar a ter, vamos ter, apenas queremos revitalizar a Loja do Cidadão e vamos ter, estamos a tratar de ter, alguns Espaços do Cidadão que são front-offices de alguns serviços da Administração Pública Central, que em termos de dimensão e de diversidade não tem nada a ver com aquilo que se passa na oferta da Loja do Cidadão.*

*Quanto ao escaravelho. O escaravelho é de facto duro, os tratamentos são caros. É como os ratos Sra. Dra. O rato é o animal de companhia mais presente e mais indesejado na vida do homem. E nós temos que desraticizar. Desraticizar custa muito dinheiro e tivemos um longo período sem desraticizar. E desraticizar tem de ser um acto feito com regularidade. Até porque quem inventou os raticidas não conseguiu atingir performances de eficiência de cem por cento, julgo eu, que por limitações técnico-biológicas, mas também por questões de manutenção do negócio, porque se o raticida atingisse performances de cem por cento obviamente que se extinguiria o negócio em curto espaço de tempo. Mas que é preciso é mesmo preciso, que é caro é mesmo caro, que temos que fazer com regularidade temos que fazer — ao contrário do passado em que nem dos ratos se tratava quanto mais das coisas relevantes.*

*Uma nota sobre aquilo que disse o Manuel Prior sobre as águas do ISCAA. De facto é um episódio que está resolvido. Embora lembrar que não é uma obra ligeira, é uma componente da obra da Rua do Crasto. Aquela rectificação do sistema de águas pluviais é obra da Rua do Crasto e, já agora, dar nota que a obra está a entrar na sua reta final e com um procedimento técnico que tem decorrido globalmente bem.*

*O Sr. Vinagre falou da Quinta do Simão, da Zona Industrial, desta relação das Zonas Industriais com as áreas residenciais. Nós temos muitos problemas desta natureza no nosso município. Obviamente que esta zona industrial que vamos chamando de Esgueira-Cacia, Taboeira, cada um dá-lhe o nome mais a seu jeito, esta grande Zona Industrial que temos nesta zona do município tem de facto problemas gravíssimos de estruturação. Ou melhor, é uma zona não estruturada. É um dos nossos objectivos estruturá-la. Estamos a trabalhar no sentido de preparar as operações para aproveitarmos os Fundos Comunitários — não temos condição de fazer de outra maneira. Teremos de fasear porque a zona é grande e a desestruturação é também grande, mas é um objectivo claramente assumido. E também para começarmos a ter uma cultura de não mistura de zona industrial com a zona urbana.*

*Onde há área industrial não pode haver dentro área habitacional. Onde há área habitacional não pode haver dentro área industrial.*

*Nós temos muitas zonas com esta mistura. Obviamente que não vamos agora, de repente, tirar as indústrias nem as habitações, mas as políticas de gestão do território vão induzindo a que essa harmonização seja feita por mil motivos ligados às boas acessibilidades às unidades industriais, ao conforto, à qualidade de vida de quem é residente, etc. Essa é uma aposta central nesta zona, na nossa zona de Eixo-Oliveirinha isto também é muito importante — é uma das que tem mais para crescer num futuro próximo. Queremos que ela cresça sobre um processo de estruturação base que não tem. E a nossa outra zona com grande potencial de crescimento que é a zona industrial de N. Sra. de Fátima que também tem que ter este processo de base, este já está um pouco mais adiantado em termos de estruturação.*

*O João Barbosa falou de algumas questões de algumas ruas. Estamos a tratar delas no processo de requalificação urbana. Eu lembro que estamos em fim de gestão de quadro comunitário, já não há lá mais nada para irmos buscar de relevante para fazermos requalificação urbana, e estamos a iniciar, ainda em fase de negociação, um novo quadro de fundos comunitários. Temos possibilidade técnica e financeira para irmos tratar da Rua do Gravito? Não. Os indicadores que temos a este nível, nos fundos comunitários, seja em programas de fundo perdido, seja em programas com fundos reembolsáveis, de empréstimos de longo prazo, seja com operações físicas, seja com operações imateriais, os indicadores são muito bons; esperemos que a formatação de todos esses instrumentos termine, o que está apontado é para o final do mês de março, para começarmos a lidar com o planeamento, a atribuição de projectos, a cativação financeira e a execução. Agora, pensar ou fazer intervenções não é de facto possível para quem não tinha o trabalho de casa feito e para quem está num momento de transição de quadro de fundos comunitários QREN, para o Portugal2020.*

*Professor Anselmo Castro, tomámos boa nota de tudo o que disse. A maior parte das coisas, salvo uma, não estava nos nossos cuidados. Tomámos boa nota pela sua pertinência. Algumas delas têm soluções equacionadas outras não. Por exemplo, o complexo da zona da Capão Filipe é para nós muito interessante, não exatamente por causa da questão viária que existe e o que disse está correto, mas temos lá um dos mais graves problemas de águas pluviais, por falta de rede! Está já a ser projetado para o resolvermos. A Câmara já tem equipa de projeto, de caracterização de problemas e de execução de obras, lá vamos indo por fases, de ter rede de águas pluviais. Estamos também a justapor muito quando intervimos em ruas que não têm rede de águas pluviais tratadas. Isso é obrigatório tratar a rede de águas pluviais integrada na qualificação da via. Este primeiro pacote que está em fase de concurso já tem vários exemplos desse género.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Maria da Luz Nolasco (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[042](#)

*“Senhor Presidente. Não quero de qualquer forma renegar o passado recente, nem a minha atuação como Vereadora. Queria lembrar que no que se reporta às Associações Desportivas, certamente que há aí problema, mea-culpa, embora não fosse a área que eu estava diretamente a gerir.*

*No que se reporta às Associações Culturais, quero dizer, que estava regulamentado e que na altura se criou realmente um sistema de candidaturas que foi exemplar. E que emanou de reformas feitas na altura a uma nova dos subsídios que surgiu. Foram apoiadas vinte e três associações culturais, lembro-me perfeitamente, que receberam na íntegra o apoio. Portanto não tenho esse pensamento tão negativo que estava a apontar embora, embora saiba de casos ligados a outras áreas. Porque o desporto tem outra escala que as associações culturais nunca tiveram. Outra escala e outra realidade.*

*De qualquer forma esta nova lei que foi aplicada num regulamento e num processo de candidaturas que foi exemplar digo-o. Teve inclusive a nomeação de um júri, teve a criação de parâmetros de aferição e de avaliação das associações, dos seus Planos de Atividades, e isto era para ser também aplicado da mesma forma e não houve tempo apara o fazer na área da Ação Social. Englobando nesse projeto todas as IPSSs e todos os projetos que havia nessa área.*

*Mas quero lembrar que havia outro dado importante e que esta Câmara não a vejo atuar a esse nível. E que foram as áreas do associativismo que teve um trabalho de mérito e contou com o mecenato cultural numa lógica das empresas e de individuais.*

*E participaram imensos projetos. E quero lembrar aqui um que com grande pena vi morrer com o seu executivo. Que foi o “projeto gerações” nos bairros sociais. Que contou e que envolveu cento e tal crianças, dos bairros sociais quer do Griné quer de Santiago, e que não contou com dinheiros da Câmara mas com dinheiros vindos deste mecenato cultural e das empresas e de outras instituições. E que implicavam uma proximidade muito grande de quem estava na vereação e das suas equipas. Tenho muita pena que isso tivesse desistido porque tirava muitas crianças da rua. E quero dizer que neste momento existem cinco crianças no Conservatório que foram já filhas desse projeto. E tenho pena eu que tenha acabado. Envolvia as Bandas Musicais, que era uma forma também de rejuvenescer as Bandas Sinfónicas.*

*Queria ainda lembrar este último. Que também no Teatro Aveirense havia vinte por cento daquela programação que era sustentada com mecenato. Com um clube de empresários que participava, que era animado e que era alimentado, etc, etc,*

*Pena, tenho eu. Não tenho vergonha nenhuma desse tempo em trabalhei com grande honestidade e com grande frontalidade, tenho pena que no desporto haja situações dessas. Mas se avaliar bem, tirando a situação do Teatro Efémoro, que acumulava uma dívida que eu nem sei donde vinha. Já vinha de séculos e séculos, tirando esse caso, a própria Orquestra Filarmonia das Beiras foi outro desses casos exemplares, que foi possível ir apoiando com muitas ações de mecenato envolvendo algumas empresas locais e individuais.*

*Era bom que às vezes o Senhor Presidente tivesse um bocadinho dessa sensibilidade. Obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>043</sup>

*“Sra. Dra. muito obrigado por ter deixado claro que eu não a desonrei. É bom que saiba que gosto muito de si e tenho elevada consideração por si. E, portanto, nunca seria capaz de desonrar V. Exa.*

*Considero que acabou de fazer um acto falhado, porque não defendeu a sua honra porque eu não a desonrei. E aquilo que disse está dito. Muito bem. Aquilo que eu disse, está dito.*

*Mas olhe, se falarmos de Associações Sociais então aí é que temos o problema principal. A nossa Câmara por compromissos assumidos e não pagos a Associações Sociais no mandato anterior, deve mais de dois milhões de euros. À Filarmonia das Beiras temos uma dívida de quatro anos. Portanto não vale a pena irmos mais além. Mas eu, dizendo isto, não estou a desonrar V. Exa. nem estou a transformar em negativo aquilo que foi positivo feito por si e feito pelo Executivo anterior.*

*Nem tudo foi mau. Já hoje disse essa frase aqui várias vezes. Era o que mais faltava. Agora, desonrar V. Exa!? Eu, nunca.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos artigo 35.º do Regimento:<sup>044</sup>

*“Senhor Presidente, é muito simples isto. É que não foi muito claro. O Senhor Presidente aponte aí essa nota dos honorários. Até porque foi referido por um membro da bancada do Partido Socialista. Porque o que eu sei foi o seguinte: apareceu uma Ação para contestar, movida contra o Município. Contra uma deliberação que tinha sido tomada nesta Assembleia – o problema da agregação das Juntas.*

*E como o Senhor Presidente sabe, quem representa o Município é a Câmara e o Senhor Presidente, não é. E a Ação tinha de ser contestada pela Câmara. O Presidente não tinha mais que nomear um advogado e ouvir os argumentos. E depois naturalmente o*

*advogado apresentou a conta. Não sei em que é que falhou?!. O Presidente não toma iniciativa nenhuma para contestar essa Ação que deu causa aos honorários do Dr. Castanheira Neves. É por isso que eu nem percebo porque é que consta da comunicação?!...*

Presidente da Mesa:<sup>045</sup>

*“Senhor deputado, não quero entrar nessa discussão, mas só queria dizer que quando as pessoas gerem organismos públicos há procedimentos administrativos que são prévios à tomada de responsabilidades financeiras. E julgo que até um advogado como Vossa Excelência sabe isso muito bem.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):

*“Bom... para defesa da honra. O Senhor Presidente não sei com que propósito, refere-se aqui aos MIJPA...MIJPA!? O MIJPA é um movimento respeitável, fazemos por isso, e não autorizamos ninguém, nem o Senhor Presidente a chamar o Movimento Independente Juntos por Aveiro, por MIJPA. Pela mesma razão que este movimento que concorreu a umas eleições, poderíamos dizer que a sua concorrente era a CACA. CACA sim, sabe porquê? Coligação Aliança com Aveiro. Se o Senhor Presidente continuar a dizer MIJPA nós dizemos CACA. Muito obrigado.”*

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>046</sup>

*“Também dar a mesma nota Sr. Dr. Agradecer-lhe a sua pobre intervenção, que deixa claro que não desonrei V. Exa.. Apenas usou este elemento, desonrou o instrumento da defesa da honra, para dizer uma coisa sem pés nem cabeça.*

*Sr. Dr. quando o Presidente da Câmara toma uma decisão, nem que seja de contratar um advogado por cinco mil euros, tem que fazer um procedimento administrativo. Não pode fazer sem procedimento administrativo. E se o Sr. não sabe isto!? Olhe, vá aprender, já tem idade e formação jurídica que chegue, e não se desonre a si próprio porque não há no nosso firmamento político nenhuma Coligação Aliança com Aveiro. V. exa. tentou ter piada, porque como as suas intervenções estão cada vez mais pobres e confrangedoras, está agora a tentar ir para a graça — o que eu acho bem mais interessante porque pelo menos sempre nos rimos um bocado. Agora, não vale a pena é deturpar. O Movimento Independente Juntos por Aveiro tem uma sigla que, lida, é MIJPA. A Aliança com Aveiro tem uma sigla que lida é ACA. Portanto V. Exa. pode dar as voltas que quiser, mas esse seu mundo de distorcer a verdade e viver num mundo só seu, fica só para si. E eu não desonrei nem nunca o desonrarei!”*

## **PONTO 2. - Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 12/12/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>047</sup> usou da palavra para explicar dos pormenores da reunião com os grupos municipais atinentes à reformulação do documento.



### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[048](#)

*“Dizer que foi muito positivo o trabalho desenvolvido. E creio que o facto da Assembleia Municipal ter assegurado em mãos uma tarefa que era sua por natureza legislativa, isso dignifica o papel que esta Assembleia deve ter nos destinos do Município de Aveiro.”*

Vogal Virgínia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[049](#)

*Em primeiro lugar, Bloco de Esquerda gostaria de valorizar o facto de pela primeira vez a Assembleia Municipal ter tido a possibilidade de colaborar na redação de um documento, como é o caso do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.*

*Esta colaboração permitiu, não só melhorar o documento, mas é uma prática que aproxima a Câmara Municipal dos cidadãos, reforçando a democracia e a transparência, devendo, pois, ser uma prática a adotar no futuro.*

*Recordar também que tínhamos proposto a inclusão de um representante do Centro de Emprego e das Associações de Imigrantes.*

*É entendimento do Bloco de Esquerda que a época de calamidade social que atravessamos, fragiliza em especial os desempregados e os imigrantes. Seria pois de todo o interesse ter estes dois grupos representados neste Conselho, cujo uma das funções se centra no combate à exclusão social. Seria importante olharmos também para a questão dos desempregados e dos Imigrantes que realmente são duas franjas da população bastante afetadas pelos tempos de crise que vivemos.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

*“Senhor Presidente, só para elogiar a postura com que todas as bancadas participaram na elaboração desta proposta. Penso que esta proposta de regulamento ficou mais valorizada e enriquecida com o contributo de todos. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

*“Fazer minhas as palavras dos meus antecessores. Foi realmente positivo, foi de qualidade, foi democrático. E queria dizer que o representante do Centro de Emprego não foi considerado porque neste Conselho de Segurança não faz sentido para o Conselho. Aliás, foi de consenso não o pôr. Senhor Presidente da Mesa dou-lhe os meus parabéns por aquilo que aconteceu neste regulamento.”*

Vogal Carlos Santos (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

*“Senhor Presidente, dizer o que todos já disseram. Que os trabalhos da reunião foi muito positiva, os contributos foram aceites em consenso, e que foi muito bem orientada a reunião e que é assim o Município que ganha. O regulamento ficou muito mais equilibrado. Creio que foi muito positivo.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação [053](#) ponto 2. – Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal, sendo aprovado por unanimidade, trinta e seis votos a favor (PSD15+CDS6+PS9+BE1+PCP1+JPA4).**

Não houve declarações de voto.

Continuando, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da lista proposta para a eleição dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança, à qual foi atribuída a letra “A”.

Lista subscrita por todos os Partidos, com os seguintes nomes: **Carlos Manuel Silva Santos (JPA); Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno (CDS); Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina (PPD/PSD); João Alberto Simões Barbosa (PS); Rosa Maria Simões Correia Gadanho (PCP); António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto (BE).**

Continuando, anunciou o modo e a forma de se proceder<sup>054</sup> à eleição por escrutínio secreto. Feita a distribuição por todos os Vogais da Assembleia dos boletins de voto adequados para o efeito, deu-se início à chamada nominal.

Concluído o processo de apuramento pela Mesa, verificaram-se os seguintes resultados<sup>055</sup>:

*Deram entrada na urna 36 votos:*

*“Lista A”: votos a favor: 36 (trinta e seis).*

**O Presidente da Mesa declarou eleitos para representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança, os cidadãos que fazem parte da lista “A”: Carlos Manuel Silva Santos (JPA); Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno (CDS); Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina (PPD/PSD); João Alberto Simões Barbosa (PS); Rosa Maria Simões Correia Gadanho (PCP); António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto (BE).**

(Saiu da sala a Vogal Maria da Luz Nolasco Cardoso)

### **PONTO 3. - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO: CONTRA O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS.**

De seguida a Presidente da Mesa em exercício,<sup>056</sup> deu a palavra ao proponente da Moção (Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Virgínia Matos (BE):<sup>057</sup>

*“O Bloco de Esquerda agendou esta discussão sobre a municipalização da Escola pública por uma questão de democracia e de proteção dos serviços públicos.*

*Ribau Esteves disse que manifestou ao governo o desejo de Aveiro ser uma região piloto na descentralização de competências.*

*Sobre o concelho importa saber se estão em curso negociações. E importa saber se existe a vontade da Câmara para no futuro municipalizar competências e quais. Essa informação deve ser pública — a democracia não se faz nos corredores.*

*Em todo o caso, esta discussão é da mais elevada importância e a Assembleia Municipal deve tomar uma posição sobre o que se passa no país e sobre o futuro de Aveiro.*

*No país está em curso um processo de municipalização da educação. Para já em modo experimental e confinado, mas com o objetivo de o generalizar.*

*As principais “presas” são as autarquias em condições financeiras calamitosas - como é aliás o caso de Aveiro - que são aliciadas com a transferência de verbas.*

*Dos contratos que são conhecidos é oferecido um “coeficiente de eficiência” em que é atribuído um financiamento de 13.594,71 euros/ano, por cada docente que consigam dispensar!?*

*Este processo de municipalização da escola é mais um passo no despedimento de professores e também de pessoal não docente. É também a porta aberta para a precarização das relações laborais. O processo assenta em critérios exclusivamente economicistas.*

*Outro dos alvos é o currículo. A municipalização prevê que parte do currículo seja fixada localmente, nalguns contratos essa parte será de 25%.*

*Não aceitemos que haja critérios não pedagógicos a ditar o conteúdo dos currículos escolares.*

*Não existe aliás qualquer estudo sobre o impacto que esta diferenciação entre escolas terá na avaliação das notas e nos manuais escolares por exemplo.*

*A Escola Pública foi uma conquista popular da revolução. Permitiu um enorme avanço no desenvolvimento do país. Contribuiu para uma maior igualdade dos cidadãos. Mas este processo de municipalização é um acto de desresponsabilização do Estado sobre um serviço público essencial.*

*Não é novidade. É mais um episódio de abandono a que o Governo PSD/CDS deixa o país e as pessoas.*

*O Governo coloca a Educação a saldo. Rejeitamos que a escola, as contratações de docentes, de pessoal não docente e que o currículo escolar, fiquem reféns de qualquer caciquismo e que os critérios pedagógicos sejam secundarizados.*

*Rejeitamos o caminho de subfinanciamento crónico da Educação.*

*E rejeitamos uma escola a duas velocidades, para ricos e para pobres.*

*O Bloco de Esquerda defende a autonomia das escolas. E para essa autonomia uma das questões absolutamente centrais é o orçamento.*

*E percebemos bem que este caminho de municipalização é precisamente o oposto. É apertar o espartilho no financiamento das escolas. É permitir que no futuro o Estado se retire das funções de financiamento da Escola Pública.*

*O processo de municipalização é feito às escuras, longe da escola, sem qualquer discussão pública, sem participação da comunidade escolar.*

*Esta é bem a pedra de toque da ausência de autonomia que este processo visa implementar nas escolas.*

*Por estes motivos apresentamos esta Moção à Assembleia Municipal e propomos que a Assembleia se pronuncie contra o processo de municipalização da Educação que está em fase de experimentação no país e exija a sua suspensão imediata.*

*Propomos, também, que a Assembleia delibere que recusa o processo de municipalização da educação no município.*

*E propomos ainda que, a Assembleia se solidarize com os professores e com toda a comunidade escolar contra este processo de municipalização da escola. Obrigado”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[058](#)

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados e demais presentes. Esta matéria da municipalização das escolas, insere-se naquilo que tem sido medidas tomadas por este governo e também pelos seus antecessores que visam a descentralização de competências que até agora tem sido do governo.*

*Na nossa opinião, do PCP, esta municipalização é de facto uma má notícia. Está prevista naquilo que é a o guião para a reforma do estado, mas se por um lado está previsto, os seus desenvolvimentos como já foi referido estão ainda envoltos no sigilo que por natureza é pouco transparente e de facto não nos tranquiliza.*

*Quando referimos a desresponsabilização do Estado no caso das escolas, referimo-nos à descentralização de competências nas áreas curriculares, pedagógica, de recursos humanos e financeiros, e de gestão de equipamentos e infraestruturas.*

*Com a municipalização estamos com uma escola a duas velocidades, uma escola dual, mas estamos também a falar da diminuição das contas do Governo Central, mas do agravar das do Poder Local.*

*Da abertura de uma escola ditada por critérios e concessões aleatórias, de duvidoso interesse pedagógico e didático, visto que deixam de ser estas matérias de competências do governo e sim das autarquias. E teremos também a introdução de uma via para o aprofundamento da relação das autarquias com o pessoal docente, nomeadamente com a colocação de professores deixando assim margem para que o odioso dos despedimentos de professores deixe de estar na tutela do Ministério da Educação, infelizmente tutelado pelo senhor Crato e passe para as autarquias.*

*Com o modelo de financiamento previsto para a municipalização o governo quer passar o odioso do despedimento dos professores, mas cria também (e isto é particularmente aviltante) o facto de dar o estímulo de treze mil e seiscentos euros para as autarquias por cada professor despedido em cada concelho. Ou seja, estamos em mais uma situação em que o Governo da República e a sua ideologia política lava as mãos e empurra para as autarquias um problema de alguma forma e da nossa parte tememos o pior.*

*Nós da nossa parte seremos contra esta municipalização da Educação, mas também de outras municipalizações que possam vir em curso.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [059](#)

*“No PSD por princípio não somos contra a descentralização da Gestão. Não somos contra a passagem de competências do governo central para os municípios. Não somos da opinião que os municípios são incompetentes para gerir seja o que for. Em muitas áreas entendemos que os municípios podem gerir melhor por uma questão de proximidade do que o estado central.*

*Já na área da Educação os municípios gerem alguns nichos dessa área, por não somos contra esta descentralização. Somos contra claramente desta mistura que a Moção faz e mistura coisas que não devem ser misturadas.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [060](#)

*“Senhor Presidente, está em causa aqui um tema que é da maior importância para o cidadão em geral. E por alguma razão, ainda agora no seio da ANMP esta ideia não foi avocada pela maioria, foi uma proposta que obteve uma derrota de acolhimento no seio da ANMP.*

*O nosso Presidente já sabemos esteve a favor, mas eu entendo e porque por natureza sou conservador, não são apontados motivos para que haja mudança. Pelo contrário.*

*O que eu vejo das pessoas que estão no ofício, principalmente os professores, os escritos que eu leio na comunicação social são em regra contra esta municipalização.*

*A municipalização traz receios fundados e numa maneira geral concordo com os fundamentos que constam desta Moção. Não quer dizer que a vá votar a favor, porque*

*na conclusão diz “ ir contra os processos que estão em curso nalguns municípios”. O município de Aveiro ainda não avocou isto. Mas concordo com todas as ideias colocadas na Moção. Penso que está aqui, à semelhança com o que se passa na atividade governativa em geral, porque o princípio é o mesmo, está aqui um critério economicista. Oferecerem-se donativos a razões de eficiência, concessões de natureza financeira às autarquias que otimizem (dá ideia que é o critério de redução de professores). Depois torna-se a meu ver perigoso que a definição dos critérios pedagógicos sejam díspares de município para município. Dá a ideia que a formação dos discentes deixa de ser igual em todo território do país?! A meu ver isto gera disparidades numa sociedade que se quer digamos assim, universal. Portanto gera esse tipo de distorções. E portanto, como o sistema atual funciona, não vejo razões para esta mudança.*

*Depois outro critério perigoso é que fica no critério das câmaras o recrutamento e a contratação dos professores. Ou seja, deixa de ter objetividade para estar numa dependência de uma autarquia que não tem especialistas na matéria e isso é um ponto importante a ter em conta. A Educação é uma coisa nevrálgica e importante demais para que isso passe a ser tratado por não especialistas.*

*E esta ideia de se dizer que a proximidade resolve tudo, governa-se bem é nas franjas, nós temos alguns exemplos que demonstram em parte isso, mas temos muitos exemplos que demonstram o contrário. Infelizmente é assim. Daí que dessa má orientação da proximidade e não da concentração, nada é igual.*

*Dessa administração absolutamente centralizada nasce muitos dos problemas que hoje tem as câmaras. Portanto eu acho que a Moção traz uma ideia boa que é a defesa do ensino tratado ao nível nacional e não ao nível local.*

*Agora as conclusões que traz também “manifestar-se contra neste ou naquele município”. Mas Aveiro não está aqui. Se fosse aqui eu votaria claramente a Moção. Como não é essa a ideia e pode ser o problema particular de algum município nós temos de respeitar a individualidade de cada um.*

*Agora não gostaria que esse sistema fosse implementado e se alguma vez este problema for posto em votação serei frontalmente contra que seja trazido para Aveiro. Muito obrigado.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

*“Senhor Presidente, esta Moção acho que tem algumas afirmações um pouco infelizes. Fala aqui de caciquismo autárquico e de favorecimento e amiguismo em desprimor da qualidade. Eu acho que isto não dignifica esta Moção nem esta Assembleia. Será que os autarcas que nós temos não são pessoa de bem? São pessoas menos sérias que os governantes? Não sei. Como vocês dizem os governantes centrais são pessoas mais sérias que os autarcas? Eu acho que não.*

*Depois aqui a gestão dos docentes nas mãos dos municípios. Os municípios abrem concursos e contratam pessoal — será que não serão capazes de contratar professores? Eu acho que Aveiro não disse nem está a preparar-se para municipalizar qualquer coisa. E acho que não passa por ai Aveiro já colabora com a Educação no nosso município. Não haja questões disso.*

*Se verificarmos, e acho que até é bom que se reflita sobre isso. Todos os anos tem havido problemas nas colocações dos professores. Vimos que é um modelo que não funciona e é complicado que funcione. Será que se houver descentralização nesses concursos será mais fácil? Deixo aqui esta ideia.”*



Vogal Rogério Cachide (CDS)<sup>062</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>063</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Até parece que existe uma Lei chamada 75/2013 e que prevê a delegação de algumas competências. Aliás já existem em determinados domínios e neste caso nós até nos estamos a esquecer da questão que se passa com o pré-primário.*

*Por esta razão e por outra que irei falar a seguir, que tem a ver com um processo que está ainda diria em fase de embrião. Esta a ser discutido, está a receber informação de várias entidades, penso que sinceramente olhar para esta moção neste momento é olhar para um não assunto.*

*Pelo que sei a Câmara Municipal de Aveiro não está a negociar qualquer delegação de competências nesta matéria e portanto estar aqui a dizer que somos favoráveis ou somos contra por a,b, ou c não faz qualquer sentido. Aguardemos por aquilo que pode acontecer.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>064</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito telegraficamente. O Bloco de Esquerda apresenta esta Moção para que ela seja reprovada e obviamente não será defraudado nas suas expectativas, porque quer quanto aos considerandos quer quanto às conclusões, nas partes em que se subdividem quaisquer moções, não há nada que qualquer pessoa razoável possa secundar.*

*Aliás o PS já manifestou algumas reservas quanto ao processo em concreto que está a ser desencadeado. Mas quaisquer reservas que possamos ter, são cilindradas pelo radicalismo da proposta – que aliás traduz um argumento inadmissível quanto ao poder local.*

*Qualquer considerando que parta do pressuposto que a transferência de competências do poder central para o poder local arraste consigo que a competência em causa fique “refém dum caciquismo autárquico, de favorecimento ou amiguismo” é, perdoem-me a franqueza, um péssimo retrato para um autarca que subscreva este tipo de afirmação.*

*E portanto, manifestamente, nós suprimiríamos de imediato este pressuposto.*

*Mas os pressupostos não são votados nas moções e vota-se a parte conclusiva. Ora na parte conclusiva, as palavras (e as palavras escritas por maioria de razão têm significado) dizem que “ se recusa qualquer processo”. Não está a recusar o processo em concreto, recusa qualquer processo de municipalização! É evidente que quem defende a descentralização e o princípio da subsidiariedade, só pode coerentemente votar contra. Muito Obrigado.”*

Vogal Virgínia Matos (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>065</sup>

*“Muito brevemente, em jeito de encerrar a apresentação da nossa Moção, gostava de referir aqui dois ou três pontos que foram falados.*

*Em relação à questão da descentralização acho que estamos a levantar uma falsa questão, porque é preciso não confundir desresponsabilização com descentralização — que é o que está a acontecer neste processo de municipalização das escolas.*

*O Governo fala de descentralização, mas na questão mais importante e essencial que é o orçamento, ele é transferido apenas mediante a realização de determinados objetivos. Ora, logo aqui, mostra o que é um processo de descentralização o que é um processo de centralidade.*

*Não está em causa se este processo é feito aqui ou noutra sítio. Está em causa que estamos contra ele. Estamos contra a municipalização da Educação da Escola Pública. É esse o princípio que está nesta Moção.*

*Não consideramos que a Escola Pública seja uma delegação de competências que deva ser feita através do Estado para os organismos camarários. Não temos nada a dizer contra a questão das Câmara. Também somos autarcas, estamos envolvidos no processo. A questão é como ele deve ser feito e como se encaram as questões, que estão claras nesta Moção.*

*Este é um passo para a privatização futura das escolas. Não podemos olhar para isto e ver aquilo que não é. Como já tive oportunidade de referir na apresentação da Moção a base de oposição do Bloco a este projeto assenta na defesa das autonomias das escolas e do seu projeto educativo.*

*Uma gestão curricular local ou intermunicipal, mesmo que em 25%, põe em risco a universalidade da escola que se quer pública, laica e republicana.*

*A municipalização da escola é o rótulo do dismantelamento da escola e da sua privatização à peça.*

*Este processo propõe aos professores mais precariedade. Os professores através dos sindicatos deixaram claro não estarem interessados num processo que coloca a gestão pedagógica e a gestão dos professores no âmbito das autarquias.*

*O Poder não deve residir no município, mas sim no Conselho Local de Educação, onde as escolas e todos os intervenientes no processo educativo devem ser preponderantes.*

*A Câmara Municipal deve ter um papel importante, mas este não deve ser determinante.*

*As competências devem ser transferidas diretamente para as escolas. E a contratação do professores deve continuar a ser uma competência do Ministério.*

*Consideramos que este tema deve ser alvo de debate público, alargado, transparente e democrático — que ainda não foi.*

*Este projeto trata-se apenas da concessão da gestão das escolas aos municípios que na nossa opinião não estão preparados e que no contexto das dificuldades económicas crescentes, quem nos garante que não farão uma subconcessão a comunidades de professores ou outros por exemplo Associações de Pais ou IPSS ou até mesmo a empresas privadas. Não é nada que já não tivesse acontecido antes.*

*Estamos perante mais um ataque aos serviços públicos a que este governo já nos habituou*

*Por isso é urgente dizer que não à municipalização e é urgente defender a escola pública.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[066](#)

*“Muito obrigado. Só para dar a informação (já que a irrelevância do debate não me inspira mais nada) e para responder claramente às perguntas que foram feitas.*

*A Câmara Municipal de Aveiro não está envolvida em qualquer processo de negociação de delegação de competências na área da educação.*

*É público, já o anunciámos aqui, estamos envolvidos num processo de negociação da delegação de competências da gestão do Museu de Aveiro.*

*E não estamos, basicamente porquê? Porque não temos um nível qualitativo na gestão da educação, nós Câmara, que nos permita estar num processo de negociação dessa natureza.*

*Embora lembrar que temos muitas delegações de competências a funcionar na área da educação: transportes escolares, refeições escolares, actividades de enriquecimento*

*curricular — só para falar das mais importantes, entre outras. Nomeadamente a mais velha de todas que é a titularidade e a gestão dos edifícios escolares, do pré-escolar e do primeiro ciclo.*

*E lembrar, também, que há cerca de cem municípios em Portugal que estão com contrato de delegação de competências da Lei 114. Apenas este instrumento novo vai aumentar algumas áreas. É um pequeno passo para quem é muito descentralista como eu.*

*Só em última nota e a título de informação também e recomendação. Era bom conhecermos aqueles que são considerados por muitos analistas os melhores modelos do mundo na gestão da educação: Países Nórdicos da Europa, Estados Unidos, Canadá, Brasil, onde a gestão da educação é feita totalmente pelos municípios.”*

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>067</sup> ponto 3. - Apreciação e votação da Moção: contra o processo de Municipalização das Escolas, sendo a mesma rejeitada por maioria, com trinta e um votos contra (PSD15+CDS6+PS9+IND1) duas abstenções (IND2) e dois votos a favor (BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>068</sup>

*“Gostaria só de fazer declaração de voto a intervenção do PCP durante o ponto.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>069</sup>

*“A declaração de voto é a intervenção produzida acerca do tema. Muito obrigado.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):<sup>070</sup>

*“Nos mesmos termos Senhor Presidente.”*

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou o plenário que, para este período regimental, não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,<sup>071</sup> não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Fevereiro.**

**Eram 01:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2015.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do**

**disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(04:30)